



**Ives Gandra
da Silva
Martins**

**Discursos
de Posse e
Recepção**

M.CM.XC.VI

*Discursos
de
Posse e Recepção*

Ives Gandra da Silva Martins

Discursos
de
Posse e Recepção

Posse

Copyright © 1996 by Ives Gandra da Silva Martins

1996

Pax & Spes - Livros

Caixa Postal 19022
04505-970 — São Paulo — SP
Fone/Fax: (011) 829 9369

Índice

Apresentação	7
Discurso de posse na Academia Paulista de Educação ..	9
Discurso de recepção a Mário Chamie na Academia Paulista de Letras	29
Discurso de recepção a Geraldo Vidigal na Academia Brasileira de Letras Jurídicas	47
Discurso de posse como correspondente e recepção a Roberto Campos na Academia Matogrossense de Letras	59
Discurso de recepção a Arnaldo Wald na Academia Paulista de Direito	63
Discurso de recepção a José Renato Naline na Academia Paulista de Direito	73
Discurso de recepção a Sálvio de Figueiredo no Instituto dos Advogados de São Paulo	81
Discurso de posse no PEN Clube do Brasil	91
Discurso de recepção de Ives Gandra Martins no PEN Clube do Brasil, pronunciado pelo Ministro Oscar Dias Corrêa	103

Apresentação

*P*ublico este segundo volume de discursos de posse e de recepção como homenagem às instituições em que fui recebido e aos confrades que saudei, pois, no tempo da madureza, são os amigos acadêmicos os companheiros fiéis que tornam a vida mais valiosa.

Incluí o discurso de recepção no PEN Clube, proferido pelo Ministro Oscar Corrêa, em face do profundo afeto e admiração que nutro por este brasileiro de porte universal, que Raul Pilla considerava uma das maiores expressões culturais e de dignidade nascidas no país.

O livro, todavia, não é apenas uma homenagem aos confrades e às instituições em que fui recebido ou de que participo, mas a todos os meus amigos, que no curso de uma vida universitária e profissional, tive a alegria e o privilégio de conquistar.

É, pois, este despretencioso opúsculo mais uma viagem sentimental pelas terras panorâmicas da mente e do coração.

Ives Gandra da Silva Martins

Discurso de posse na
Academia Paulista de Educação

Cadeira nº 25 - Patrono:
João Augusto de Toledo

23 de junho de 1993

Os constituintes pretérito e atual, conscientes da importância da educação e do desenvolvimento dos povos, impuseram norma, que, apesar de violentada por quase todos os governos, merece reflexão. Trata-se de comando prevenido que 18% da receita de todos os impostos federais, na parte que pertence à União, e 25% de todos os impostos estaduais e municipais, além da receita transferida pela União, deveriam ser destinados à Educação.

Discutem, os constitucionalistas, se tal norma seria uma norma programática, isto é, voltada para o futuro, sem que houvesse a obrigação de ser seguida pelos que deveriam aplicá-la, ou se seria uma norma de eficácia plena e de vigência imediata.

Tenho para mim que o artigo 212 da lei suprema conformou norma de vigência, eficácia e aplicação imediatas, não podendo os quase cinco mil entes federativos furtar-se da obrigação de cumpri-la, sob pena de responsabilização, seja pelas Cortes de Contas, seja por via de ações popular ou civil pública, correndo os governos, que forem questionados pela não implementação do dispositivo constitucional, o risco de serem expelidos do poder.

Relembro tal aspecto aos prezados acadêmicos que me recebem, hoje, neste templo de formação da brava gente da heróica Paulicéia, porque, como eles, estou convencido de que uma Nação se constrói, fundamentalmente, a partir da educação de seu povo. Será tanto mais forte quanto mais

suas autoridades investirem na ponte para o futuro, que é a juventude, ou será tanto mais fraca quanto menos cuidarem, seus minúsculos políticos, da preparação das gerações.

Estou convencido de que o grande salto que os gregos ofertaram, em nível de descoberta interior do homem, deveu-se à educação. A preocupação, desde os primeiros tempos da civilização acaica — alicerce do helenismo —, em filosofar e descortinar os mistérios da mente e das potências humanas, de certa forma, plasmou o mundo porvir ao ponto de não se poder mais dizer, depois dos gregos, que o homem seja um desconhecido ou não mais poderem os governantes desconhecer a força das idéias. Roma existiu apenas graças à sua excepcional capacidade de aprender as lições da Grécia, gerando o “direito universal”, que só pode ser plenamente aplicado a povos civilizados. Em outras palavras, a herança grega gerou o direito romano e este a moderna democracia, sempre dependente do nível de educação de suas populações.

Um pouco mais de reflexão sobre esta matéria deve ser apresentada.

Os gregos sempre tiveram forte tendência à especulação. Viajantes por vocação, as impressões de um mundo diverso do seu levaram-nos a vãos fantásticos para desvendar os desafios da natureza, assim como a interiorização do próprio homem, a razão de ser da vida e a origem e o fim de todas as coisas.

Desde a queda de Cnossos, no século XV A.C., a civilização grega ofereceu um modelo cultural diverso ao mundo conhecido da época.

Com efeito, o conhecimento do espírito dos povos permitiu aos helênicos a maior incursão na “psique” humana até então realizada, não sendo a fantástica produção filosófica, artística e histórica daquele período senão reflexo dessa realidade.

Este povo, vocacionado para o mar, nele teve a grandeza de sua criação cultural e o fracasso de suas instituições, nunca tendo conseguido consolidar um projeto nacional. Alguns historiadores atribuem à conformação da península, com montanhas separando as cidades e dificultando a comunicação por terra, o mar propiciando a abertura para o mundo, e o céu, sempre claro, facilitando a navegação norteadas pelas estrelas, os componentes maiores da saga desta gente, que legou aos homens de todos os tempos o maior acervo cultural conhecido.

A filosofia grega até hoje é insuperável. Toda a produção filosófica posterior é periférica. É mera especulação sobre critérios, dogmas, métodos ou relações, mas, epistemologicamente, sua espinha dorsal continua grega.

Os autores da Grécia nunca se tornaram autores antigos, mas sempre serão autores clássicos, o que vale dizer, permanentes. Ptolomeu foi um cientista antigo, visto que acreditava ser a terra o centro do Universo. Valeram suas pesquisas para a época, mas se tornou, com o tempo, mera referência bibliográfica. Copérnico é um autor clássico, na medida em que seus ensinamentos valeram para aquele período em que viveu e continuam atuais, ao declarar ser o sol o centro do sistema. Ambos especularam no passado, um desvendou a verdade e se tornou clássico, outro foi vencido

pelos fatos e se tornou antigo. Um é permanente, outro temporário.

A grande maioria dos filósofos gregos, principalmente os três gigantes maiores, por Rafael imortalizados em inesquecível pintura sobre os mestres do saber, são autores permanentes. No pretérito tempo e no tempo atual são estudados, posto que o que disseram tem sabor de eternidade.

Ora, é exatamente no mundo grego peninsular e asiático, que a educação do homem se faz nos moldes modernos, isto é, não apenas religiosa ou funcional, como entre os judeus e os reinos combatentes da China, mas generalizada para todos os cidadãos.

Os gregos transformaram a educação na própria razão de ser de sua gente, mesmo entre homens menos voltados à cultura, como os espartanos, que, todavia, dedicaram-se a uma outra forma de educação sistemática, que era a física.

A Academia e o Liceu são autênticas escolas, não se devendo esquecer que os filósofos pré-socráticos também tinham suas escolas de formação, como Pitágoras.

Talvez hoje seja apenas criticável o pouco amor ao trabalho que devotavam, principalmente entre os atenienses — tarefa digna e própria do ser humano —, visto que entre eles deveria ser realizado por escravos, o que levou, no fim do século passado, o notável economista Thorstein Veblen a escrever que as classes dominantes sempre foram ociosas, desde o homem pré-histórico.

A verdade, todavia, é que a dedicação do grego, mormente o que vivia em Atenas, assenhorando-se dos conhecimentos da época, levou-o a freqüentar as escolas, ao ar

livre, dos mestres da filosofia, que, de rigor, abrangia a universalidade das ciências exatas, biológicas e humanas, naquele histórico período. Aristóteles, inclusive antes de Ptolomeu, já conhecia as regras essenciais do Universo, não tendo dúvida sobre a esfericidade da Terra.

Assim, após os gregos, a Educação é a fonte do fortalecimento dos povos. Floresceu entre os romanos até a queda de seu império ocidental, quando a Igreja Católica assumiu, definitivamente, sua função de educadora, civilizando os bárbaros. A Universidade, típico fruto da Idade Média criadora, vem alavancar a evolução científica das nações européias, sob a tutela da Igreja Católica. A ela se deve o surto admirável do surgimento dessas escolas superiores no mundo inteiro.

E, hoje, todos os países têm seus olhos postos na formação de gerações, pela educação, desde aquela mais elementar, para os mais jovens ou para os analfabetos, até aos mais sofisticados cursos de pós-graduação, em que resta a impressão de que o homem está no vestibular da conquista do Universo, se conseguir dominar suas próprias insuficiências e fraquezas ou tendências menos dignas de uma natureza decaída.

Tais considerações, em discurso de posse na Academia Paulista de Educação, objetivam mostrar o quanto é relevante a valorização do ensino no mundo atual. E o papel de sodalícios, como o da Academia Paulista de Educação, é de particular importância, pois neles se irmanam autênticos sacerdotes da cultura.

Sempre gostei de ensinar. O que recebia de ensinamen-

tos, em aulas, conferências e leituras, desejava compartilhar com os outros. Por esta razão decidi, desde priscas eras, ser, além de advogado, professor. O educador sempre me pareceu aquele que renova o gesto milagroso da multiplicação dos pães para 'seu universo de ensino. É um semeador da compartilhãção. É um arquiteto do futuro pelas mãos do passado. Quem ensina deixa de ser ele, para ser ele e mais todos os outros. Digo mais, deixa de ser ele, para ser todos os outros. Passa a viver para os outros e não para si mesmo e a sua vida de professor é uma vida de mãos abertas, de crença nas gerações que crescem, para as quais oferta decisivo e generoso apoio.

Tais características encontrei tanto no patrono da cadeira 25, João Toledo, quanto em seu primeiro ocupante, Antônio D'Ávila.

João Toledo foi paulista de Tietê, nascido em 12 de Maio de 1879 de uma prole de nove filhos do casal Augusto Corrêa de Toledo e Maria Almeida Lima. Entre folguedos, livros e ferramentas de marceneiro passou sua infância e adolescência, tendo colado grau na 2ª Turma de Itapetininga, em sua Escola Complementar, em 1900, com distinção e louvor, láureas que ostentou durante todo o curso.

Aos 21 anos, já era diretor do Grupo Escolar de Serra Negra, em cujo estabelecimento conheceu D. Carmélia Lombardi com quem se casou, em 1904, e de cuja estável e feliz união nasceram cinco filhos: Aimée, Ruy, Laís, Wanda e Renato.

Assumindo, em 13 de Abril de 1908, as funções de Diretor do Grupo Escolar de Rio Claro, veio para São Paulo,

onde completou o curso de Pedagogia e Psicologia em 1912, sendo nomeado professor de Psicologia Experimental, Pedagogia e Educação Moral e Cívica e eleito lente vitalício, em 10 de fevereiro de 1916, na Escola Normal de São Carlos.

Em São Carlos passou o melhor período de sua vida, dominando, por estudos autodidáticos, o francês e o inglês perfeitamente, assim como, razoavelmente, o italiano e o espanhol. Os professores da escola eram de nível. Entre seus amigos, encontravam-se Carlos Silveira, Mariano de Oliveira e Antônio Firmino Proença, com quem discutia as leituras preferidas e os avanços na metodologia do ensino. Era grande conhecedor de Plutarco, Carlyle, Renan, Taine, Shakespeare, Maerterlink, Flaubert, Anatole France, Pierre Loti, Rui Barbosa, Oliveira Lima, Joaquim Nabuco, Calógeras, Caspistrano de Abreu e Gilberto Freire. Eça, Herculano, Dostoievski e Gorki também influenciaram-no.

Há aqui uma notável coincidência. A primeira Faculdade em que fui professor titular de Direito, na cadeira de Finanças Públicas e Direito Financeiro, foi a Faculdade de Direito de São Carlos, à época em que a controlava o governo federal, isto é, nos idos de 1971.

Lecionamos, em tempos diversos e matérias diversas, mas na mesma hospitaleira cidade do interior paulista.

Em 31 de Janeiro de 1921 foi removido de São Carlos para a Escola Normal de Campinas a fim de reger a cadeira de Prática Pedagógica. Sua promoção para Inspetor Geral de Ensino do Estado de São Paulo, em 1924, trouxe-o à capital, onde passou a exercer a função de Assistente Técnico de Ensino Normal.

Por reconhecimento de seu fecundo trabalho como educador, o Governador Pedro de Toledo, em 26 de Maio de 1932, nomeou-o Diretor Geral do Ensino do Estado de São Paulo, onde permaneceu até a derrota dos paulistas na heróica revolução, que, vitoriosa nas idéias, obrigou o ditador Getúlio Vargas a curvar-se na outorga da Constituição de 1934.

De outubro de 1932 até maio de 1935, foi assistente da Escola Normal do Instituto Caetano de Campos, quando se aposentou, após trinta e cinco anos de serviços prestados à educação no país, exatamente o número de anos que completo em 1993, como professor universitário, desde as primeiras aulas que ministrei no distante 1958, então como monitor de legislação trabalhista.

Faleceu em 21 de dezembro de 1941, depois de ter produzido obra notável no campo da educação e ciências correlatas, sobre ter participado de inúmeras atividades extra-curriculares, como Congressos e Simpósios. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, como sócio efetivo em 5/5/1938 e como sócio honorário em 5/3/1942, homenagem póstuma daquela notável Instituição.

Como reconhecimento por sua obra, o então Interventor de São Paulo, Fernando Costa, esculpiu seu nome no Grupo Escolar de Cerquilho, em Tietê, no dia 24 de dezembro de 1941.

Entre seus trabalhos mais conhecidos encontram-se *Crescimento Mental, Escola Brasileira, Sombras que vivem, Didática, Planos de Lição, São Paulo — Variações sobre motivos da História Paulista*.

Algumas palavras sobre sua obra:

Sud Menucci assim se manifestou a respeito do escritor:

E teu estilo vai admiravelmente ao assunto: emotivo e suave, é sempre vibrante, pela instintiva simpatia com que trata as narrativas e, alteando-se aos episódios trágicos ou baixando-se às cenas da vida ordinária, não perde nunca a sobriedade que distingue um escritor honesto dos escribas vulgares desprovidos congênitos do senso da medida e das proporções.

Estilo mais de orador e poeta, que de apreciador sereno e impassível da História.

Adérito Augusto de Moraes Calado, em cuja biografia de João Toledo hauri muitos dos dados aqui apresentados, assim resume os traços característicos da obra do insigne educador:

Vestiu a expressão de toques delicados de renda, aquecida pela emoção despertada ao sabor das narrativas assaz atraentes e encantadoras.

Fabulação rica de imagens interessantes, evocando a vida de outrora, as suas figuras lendárias e a trama do viver social e político do nosso povo.

É, todavia, com a mesma ternura com que lembramos, ele e eu, a Virgem Imaculada, que termino o rápido perfil

de João Toledo, visto que, como ele, venero aquela que é a Senhora dos impossíveis e Mãe de todos os mortais, transcrevendo trecho em que narra o fim de um dia ordinário de trabalho, ao som dos sinos das Ave-Marias:

D'lém, b'lém, d'lém ... Ave-Marias, últimas badaladas da tarde. Enchem os ares sons macios de bronze. Retalhos tênues de crepe amarrotam-se no alto e descem lentamente sobre a terra. A quietude e o silêncio começam. Roceiros e operários recolhem-se a seus lares. Cessa, para muitos, a vida áspera do dia. Ferramentas encostam-se pelos cantos. Braços e pernas fatigados distendem-se e entram em repouso. Rodeiam as moradias animais domésticos, de cabeça baixa, como a pensar. O olhar do homem, incerto, sem destino, arrasta-se pelas nuvens de chumbo rendadas de ouro, inda no ocaso.

E as recordações invadem-lhe o espírito. É a hora do recolhimento.

Passo, agora, a examinar de forma também breve e perfunctória a vida de meu antecessor Antônio D'Ávila. Nasceu em Jaú em 13 de julho de 1903, tendo vindo para São Paulo com sua família e aqui feito seus estudos primários na Consolação, na Avenida Paulista e na Rua Santo Antônio, onde havia grupos escolares. Seu ingresso na Escola Normal da Praça da República deu-se em 1917, de onde saiu diplomado em 1920. Começou a lecionar assim que formado. De início, em escolas distritais reunidas e rurais, passandô, mais tarde,

aos grupos escolares, como os de Mirassol e Santa Cruz do Rio Pardo, nesta última tendo sido diretor.

Depois de ter sido diretor de escolas reunidas, lecionou pedagogia em estabelecimentos normais livres, tornando-se lente de metodologia do Instituto de Educação da USP. Inscreveu-se como candidato a professor catedrático naquela instituição, em 1935, com obtenção, no concurso, do grau de livre docente. E a partir daí lecionou em inúmeras instituições, como a Faculdade de Filosofia São Bento, Faculdade Católica de Filosofia, Ciências, Letras de Campinas, Instituto de Serviço Social do Senac e do Senai, Escola Normal Livre do Ipiranga, Instituto Frederico Ozanan, Sociedade São Vicente de Paula.

Antônio D'Ávila participou de inúmeras entidades culturais, tendo sido vice-presidente da Sociedade Paulista de Educação, diretor geral do Departamento de Educação, membro do Conselho Estadual de Educação, da Academia Paulista de Psicologistas, do Instituto Histórico e Geográfico, da Liga do Professorado Católico, do Centro do Professorado Paulista, inclusive ensinando psicologia nos cursos pré-jurídicos da Faculdade de Direito de São Paulo, traço que me une a meu antecessor, pois naquela escola me formei em 1958, bacharel em Direito. Recebeu inúmeras condecorações e bolsas de estudo, mas, dentre os fatos que marcaram sua vida, está a participação na Revolução Constitucionalista de 1932, cuja "vitoriosa derrota" rendeu-lhe a prisão na Ilha Grande, motivo que a história demonstrou ser não uma mácula, mas um galardão.

E aqui, mais um ponto de contato com meu antecessor,

visto que lutou ele pela outorga de uma Constituição ao país, o que só foi possível em 1934, por força do movimento de 32 e tenho eu lutado, dentro das limitações notórias de minhas forças, pelo primado da Constituição no país. Sempre entendi que o verdadeiro Estado de Direito apenas se realiza no momento em que uma Constituição é estável. Os ingleses têm sua "Lex Maxima" desde 1215 e os princípios daquela Carta até hoje maravilham os constitucionalistas de todos os países, visto que não há Constituição que não tenha, em alguma medida, incorporado disposições daquele diploma dos barões ingleses.

A própria Inglaterra nunca mais redigiu um diploma substitutivo, em face de os princípios gerais dispostos naquele texto serem ainda hoje de aceitação absoluta.

Lutamos os dois pelos mesmos ideais em prol do Brasil, na esperança de que a lei suprema ponha o Estado a serviço do povo e não o povo a serviço dos governantes.

Antônio D'Ávila escreveu inúmeras obras, entre elas, *Práticas Escolares, Figuras e Fatos do Ensino Brasileiro, Panorama do Brasil, através de um espírito: José Veríssimo, Guia do Estudante, Grandes Educadores* (biografia de Dom Bosco), *O Mestre das Américas* (biografia de Manuel Bergstron Lourenço Filho), *As modernas diretrizes da Didática* (tese de concúrso), *Pedagogia Teórica e Prática, Pátria Brasileira* (lições de civismo), *Vida de Edmundo D'Amicis, Grandes Figuras do Magistério Feminino, Biografia da Professora Maria Augusta D'Ávila*. E em *Literatura Infanto-Juvenil*, no dizer de Samuel Pfromm Netto, a carreira do escritor atinge seu momento maior. Deve-se lembrar ainda que foi um dos

fundadores da Academia Brasileira de Literatura Infantil e Juvenil.

Foi também tradutor conceituado, tendo, com o Professor Damasco Pena, traduzido a obra de Aguaió, *Didática da Escola Nova*.

É, todavia, na biografia de sua tia que se sente, com maior profundidade, a alma sensível, generosa, culta de Antônio D'Ávila, sobre saber-se fazer expressar em estilo trabalhado, mas simples e elegante. Todos os capítulos são iniciados por uma citação. De Gabriela Mistral, por exemplo, tira o perfil do verdadeiro educador, quando escreve:

*Senhor! Tu que ensinaste, perdoa que ensine e
que tenha o nome de Mestre, que tiveste na terra,*

ou de Jacob Neto:

*Na lembrança da mestra tão querida
A quem rendemos culto tão profundo,
digamos que ela foi maior que a vida
e teve um coração maior que o mundo,*

ou ainda de Maria Augusta D'Ávila:

*o sofrimento é a escola onde as almas ensaiam
o vôo para as alturas.*

Não quero, todavia, terminar este elogio sem transcrever algumas palavras de D'Ávila sobre o patrono de nossa

cadeira (sua e minha), para que todos conheçam a poesia do patrono e a prosa do sucessor:

*Silêncio — dias tristes, noites frias,
Vão-se as aves embora.
Passa-se o inverno, e as aves fugidias,
Cantando à luz da aurora,
Enchem de novo a terra de alegrias.*

*Partem, ficamos sós; e quem as há-de
Aqui substituir?
Outros vão ... outros vêm ... mas a saudade
Das que vimos partir
Mais e mais, como fel, noss'alma invade.*

....

*Luz no céu uma estrela; a terra escura
Diz ela é fria, é triste.
E nas trevas, andamos à procura
De um bem que não existe.
Essa estrela é a esperança, a terra escura
Seria a vida triste ...
Não indagues, diz ela se a ventura
É bem que acaso existe.
Esta vida é um prazer, nunca foi triste
Nem fria, nem escura,
Porque a esperança é bem que sempre existe
É sol que sempre dura.*

Sobre tais versos, escreve meu antecessor:

Dotado de palavra fácil, fluente, Toledo era orador capaz de prender e emocionar auditórios. Com um acento característico da fala da região sulina, no Estado, escandindo as sílabas com cuidadosa dicção, discorria sobre temas históricos e de educação, sociais e didáticos com abundância de imagens e delicadas nuances de pensamento. Lendo ou falando de improviso, era sempre o mesmo fidalgo no dizer e na figura. Sua palavra correta e precisa, de que se ouviam as terminações claras, enlaçava-se em pensamentos elevados, num tom de quase pregação apostólica. Brotavam de suas expressões, de ordinário, indicações, diretrizes e advertências para a ação humana, quer no sentido social, quer no campo da escola, mas sempre tocados de emoção ao referir-se ao mestre ou ao homem comunitário, aos jovens, crianças e adultos. Pode-se dizer que a tônica da palavra desse orador nato, vestida de galas e floreios de estilo, era o Brasil, o homem brasileiro, nossos ideais, nossa História.

E chegou o momento de parar. Quis ser, desde os bancos escolares, advogado e professor. Sou hoje professor e advogado. Na defesa dos interesses e direitos de meus clientes dedico parte de minha vida. Na defesa das instituições jurídicas a outra parte. Nesta defesa, a espada do ensino e o escudo das manifestações públicas contra as arbitrariedades do poder têm sido por mim brandidos com os

desajeitos próprios de minha mediania, mas com a grandeza sem limites de meus ideais. Meu patrono e meu antecessor também assim agiram. Com os mesmos ideais e com superior dinamismo e talento.

Nunca pensei, quando acadêmico de Direito e aprendiz de professor, que um dia estaria no sodalício maior da Educação em São Paulo, desta terra generosa que conformou as fronteiras do Brasil, ofertando às gerações vindouras uma nação continental. Desta terra em que os bandeirantes distenderam o arco das Tordesilhas para, um dia, lançarem seus descendentes a flecha do futuro de um grande país. Desta terra que liderou sempre os mais nobres movimentos da nacionalidade e que emociona os que nela nasceram ou aqueles que hospitaleiramente foram por ela recebidos.

Ingresso nesta Academia pelas mãos de meu amigo, mestre e insigne psicólogo, Samuel Pfromm Neto, de cujos esforços para minha eleição, nada obstante sua discrição, tive conhecimento e a quem sou gratíssimo, ele que é uma das mais esplendorosas expressões da moderna psicologia e que exerce com brilho e eficiência a presidência desta Casa de Cultura.

O educador é necessariamente um desbravador do porvir. Seus estudos antecipatórios, mesmo que versando sobre o passado, ganham sempre a dimensão do amanhã por força da pureza de seus ideais e da semente de suas lições. Que esta Academia, que presta permanente homenagem aos que ensinam e preparam o Brasil futuro, continue a orientar São Paulo e o país, e que eu, seu mais modesto membro, possa com meus demais confrades, participar, não no talento, mas

na constância e no trabalho, deste gesto generoso e fecundo de semeador de cultura e de grandeza.

Muito obrigado.

Discurso de recepção a
Mário Chamie
na Academia Paulista de Letras.

Conheci Mário Chamie na Faculdade de Direito. À época, um grupo de estudantes, que apreciava literatura, reunia-se constantemente para discutir, como soi acontecer entre os integrantes das Arcadas, as linhas culturais do país. As questões políticas apaixonavam menos os acadêmicos de Direito que aquelas de natureza cultural. O país vivia em relativa calma, governado por um presidente da República democrático, aberto e que, sem rancores e superiormente, dirigia o povo brasileiro.

Nem mesmo os críticos de partidos conservadores encontravam formas de ataque eficiente, na medida em que Juscelino era liberal no concernente à Economia, mas com tendências claras para a valorização do social, com o que, na 2ª metade do século, o quinquênio de 55 a 60 representou o período mais democrático e de maior afirmação do país como nação evoluída, institucional e socialmente.

No ano em que conheci Mário Chamie já tinham, os estudantes, esquecido os episódios da queda de Getúlio e das duas derrubadas de Presidentes em 11 e 21 de novembro de 1955.

Por isto, a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco vivia mais o debate cultural e as novas tendências da literatura, que apreensões políticas. De resto, a história da juventude acadêmica apenas exterioriza o debate político nos momentos de crise. Pode-se dizer que a história das

Arcadas foi esculpida por um movimento pendular e apaixonante, ou seja, entre o debate cultural, nos momentos de estabilidade política, e o debate político, nos momentos de crise.

Nossa amizade nasceu num dos poucos períodos de estabilidade política nacional e, portanto, de reflexão cultural.

Éramos um grupo temperamentalmente diverso. Mário Chamie, Paulo Bonfim, Lúgia Fagundes Telles, Dalmo Florence voltavam-se mais à procura de novos caminhos. Sidney Sanches, Cláudio Lembo, Almino Afonso e Dalmo Dallari à meditação política, alguns já fora da Faculdade, mas freqüentando-a sempre, e outros vivendo o momento acadêmico, em sua plenitude. Eu participava de ambos os grupos, com afinidade múltipla, às questões que se debatiam.

Mário Chamie, desde o início impressionou-me. Sua fala fácil e sugestiva, sua frase trabalhada e sua adjetivação, com profunda densidade ôntica, encantavam a todos. Nas reuniões na Faculdade e nas casas de todos os amigos, sempre Mário pontificava por trazer um novo aspecto ao debate, às vezes pretencioso, que nós, os estudantes, travávamos. Quantos programas de TV fizemos, quantas palestras, quantas tertúlias, não sei ao todo. Mas não foram poucos.

Em todos eles, a figura de Mário Chamie era a de maior realce. Dalmo Florence tinha-o pela maior expressão poética do grupo, até por ser aquele que, nele, abria novas sendas, novas vertentes, novos caminhos para a poesia. De alguma forma, todos nós, sem exceção, éramos influenciados por Mário. Bebíamos, em nosso estilo juvenil, o estilo da geração

de 45. Dalmo e eu sentíamos mais perto este renascer da forma clássica em estilo novo, que a geração de 45 descortinou. Mário, sem desprezecer o valor daquela geração, rasgava, todavia, novos horizontes e terminava por nos influenciar. Alguns de meus poemas à época, como “Elegia do Tempo e da Saudade” e “O cântico do Veiante” foram embebidos no ritmo, na imagem e nos novos espaços criados por Mário Chamie.

Não estamos, todavia, aqui, ao receber Mário, para falar de nossos tempos de estudante, mas do que Mário efetivamente representa para a cultura brasileira. E os traços que passo a apresentar são apenas referenciais bibliográficos. Marcou presença desde os tempos da Escola do Largo e nesta condição foi Presidente da Academia de Letras da Faculdade de Direito, orador do Centro Acadêmico XI de Agosto, vencedor do Concurso de Oratória Nacional e Internacional e colaborador assíduo dos jornais acadêmicos, publicando artigos sobre Proust, Kafka, Rilke, Machado de Assis, Graciliano Ramos e outros.

É de ressaltar que foi ele o único estudante brasileiro convidado a participar do 1º Congresso Internacional de Filosofia, realizado em São Paulo - 1954, tendo apresentado a tese “Consciência e Arte Moderna”, publicada em seus Anais.

Aluno ainda da Faculdade (1955), lançou seu primeiro livro de poemas *Espaço Inaugural*, saudado pela crítica mais severa do País como autêntica e renovadora revelação. Tais críticas colocaram *Espaço Inaugural* ao lado de *A luta Corporal*, do também estreado Ferreira Gullar, considerando os

dois livros marcos iniciais dos novos rumos da poesia brasileira. Tal foi a hospedagem que os acadêmicos da Academia Paulista de Letras deram a *Espaço Inaugural*, a exemplo de Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia, Sérgio Milliet, Maria de Lourdes Teixeira e José Geraldo Vieira.

Se Mário tivesse encerrado sua intensa produção ao terminar o curso de Ciências Jurídicas e Sociais, já teria, como mostrei, marcado sua passagem pelas letras brasileiras. Sua vida de homem de letras, todavia, apenas começara.

Assim é que, como intelectual e “gerador de fascinante literatura”, após 1955, produziu vastíssima obra de poeta e ensaísta. Caracterizou-se esta obra por indisfarçável pioneirismo e pela busca de soluções estéticas criativas e transformadoras.

E o poeta completou-se no ensaísta que, por sua vez, debruçou-se sobre a temática original e abrangente do poeta. Tínhamos, todos, a impressão de um círculo não vicioso, mas virtuoso, em que, apoiado em cultura literária sólida, o poeta, alimentado pelo ensaísta, e o ensaísta, pelo poeta, instauraram uma base revolucionária na linguagem poética e artística brasileira.

Teve, essa fase, início em 1958 com o livro *Os Rodízios* (Prêmio Nacional de Poesia), culminando, em 1962, com um verdadeiro abalo sísmico em nossas letras de então. É o ano do lançamento do livro *Lavra, Lavra*, acompanhado de seu famoso *Manifesto Didático*. *Lavra, Lavra* e o *Manifesto* implantaram, em definitivo, a vanguarda nova da denominada *Poesia Práxis*, nacional e internacionalmente.

É interessante notar que a “Instauração Práxis”, pelo

vigor de seus princípios e pela força de suas alternativas estéticas e criadoras, resolveu e superou o impasse da comunicação literária provocado pelo Concretismo com apaixonado domínio sobre o estilo da juventude.

A Instauração aglutinou valores de uma geração nova de artistas e escritores, assim como a ansiedade para atualização de grandes nomes consagrados como Murilo Mendes, Drummond, Cassiano Ricardo e outros.

Em face da ampla repercussão, nacional e internacional, que o movimento teve, Chamie fundou a revista *Práxis*, que passou a ser o veículo crítico e criativo da nova vanguarda.

Esta revista semestral, em seus cinco números — hoje sendo cobiçada raridade histórica — consolidou a Instauração e revelou nomes de poetas, ficcionistas, músicos, ensaistas, cineastas, artistas plásticos e intelectuais importantes e reconhecidos. É suficiente lembrar que, ali, se lançou o então adolescente de 17 anos de idade, José Guilherme Merquior com seu clássico ensaio “Crítica, Razão e Lírica” (inserido depois em seu livro *A Razão do Poema*) e a teoria estética do Cinema Novo brasileiro, através de Carlos Diegues, o conhecido Cacá Diegues de tantas obras cinematográficas.

Pode-se dizer, hoje, sem receio, que as Histórias da Literatura, no Brasil e no mundo, abrem espaço para o capítulo da revolução literária desencadeada por *Lavra, Lavra*.

Pode-se dizer, também, que a fortuna crítica e criativa da Instauração se concentra e se dissemina em livros, teses, estudos promovidos e discutidos nas mais importantes universidades do mundo, comentados por intelectuais do porte

de Roman Jakobson, Octávio Paz, ou Umberto Eco e por órgãos de imprensa, como o *Times* de Londres.

Se a inventividade de Mário Chamie, através de *Práxis*, deu origem a uma forma diversa de fazer poesia e literatura, encaminhada por integrantes do movimento, o criador da vanguarda nova deu continuidade à sua própria obra, numa devoção constante a seu ofício.

Assim é que depois de *Lavra, Lavra*, desdobrou sua visão do tempo presente, da sociedade, de nossa realidade social e dos dramas da vida e da consciência humanas com livros de poemas como *Indústria* (1967), *Planoplanário* (1974), *Objeto Selvagem* (1977), *A Quinta Parede* (1986) e *Natureza da Coisa* (lançado agora, há menos de um mês).

Em todos esses livros, as “conquistas práxis” de *Lavra, Lavra* se virtualizam em novas soluções, com o aprofundamento de temas e problemas que enriquecem sua visão do mundo.

Mister se faz, também, lembrar que ao lado de seus livros de poemas (somando doze títulos), seus livros de ensaio e crítica (somando dez títulos) muito contribuíram para se reverem e revalorizarem idéias, autores e obras de nossa cultura e literatura.

Basta dizer que Mário criou um método de análise de textos, com o qual reinterpreto autores de nossa literatura como Castro Alves, Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Guimarães Rosa, além de descobrir e revalorizar o livro de Hilário Tácito, *Madame Pommery*, editado, em 1919, por Monteiro Lobato e reeditado nos anos 80 por esta Academia. Livros de ensaios, de Mário, como *Palavra-Levantamento*,

Intertexto e A linguagem virtual (este Prêmio Nacional de Crítica) são, hoje, fontes obrigatórias para o estudo da Literatura brasileira deste século.

E o reconhecimento de toda essa produção está nos inúmeros prêmios conquistados por Mário, inclusive o da Medalha Anchieta, do Município de São Paulo, a Comenda Ordem do Ipiranga, do Governo do Estado, além da Medalha da Ordem e Mérito do Governo Português e o Prêmio Jaboti em 1962.

Mário não é, todavia, somente o magnífico homem das letras e da cultura pátria, o pioneiro de um novo mito literário no Brasil e no mundo, o desbravador de novos horizontes para as artes no Brasil. Mário é, também, um homem público.

Se revolucionou como intelectual, não deixou de revolucionar a administração da cultura como homem de ação.

Introduziu novos conceitos de espaço cultural, definidos e postos em prática segundo os princípios da interdisciplinariedade e do multiuso.

Nessa linha, alterou o mapa e a geografia culturais da cidade de São Paulo, que passou a ser modelo para outras administrações, no Brasil e no exterior.

Foi assim que nasceu o Centro Cultural São Paulo, que ilustra todos esses conceitos.

O Centro Cultural São Paulo — ligando cultura e comunidade — é o espaço cultural mais freqüentado do País. Somente sua Biblioteca recebe, em média, por dia, cerca de três mil pessoas.

E ainda, no delinear o perfil de Mário, não posso deixar

de lembrar a faceta que a mim, velho professor, muito emocionado, que é a do educador consagrado, já que, sobre ser doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi professor-leitor de Universidades como Sorbonne, Harvard, Columbia, Wisconsin, Princeton, etc.

A sua poesia foi traduzida para o inglês, francês, italiano, alemão, árabe, tcheco, russo e espanhol. De tudo o que escrevi até agora, sobre a multifacetada personalidade de Mário é, todavia, a figura do poeta aquela que mais comove.

Cremilda de Araújo Medina, ao retratar Mário Chamie, lembra que a plataforma de trabalho de Mário poderia assim ser enunciada, como a do outro Mário, o de Andrade:

Não sou o arquiteto de meu poema. Sou o interlocutor e o enunciador. O trabalho do poeta sempre foi de levantamento-poético da ação.

Comportamento? Práxis de atividades culturais. Mário de Andrade compreendeu a cidade paulistana que, a partir de 50, seria uma cidade brasileira, igual nas suas diferenças.

(A Posse da Terra - Escritor brasileiro hoje, ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 229).

Quando, em 1977, Mário Chamie reuniu em *Objeto Selvagem* seus nove livros anteriores de poesia, sintetizou em um único poema ("Abertura") seu múltiplo perfil e as inumeráveis vertentes de sua obra. Diz o poema:

*No espaço do campo, passa o homem e sua
miragem.
No espaço da cidade, dorme o homem em sua
passagem.
No espaço da consciência, gera o vírus a sua
voragem.
Por todos esses espaços, de surda força indomável,
passa o espaço da palavra com sua selva sem
margem.
Na selva dessa paisagem, no centro de sua arena,
age a força do poema, meu objeto selvagem.*

Para Mário Chamie, toda palavra poética é indomável e carregada de ambigüidades. Ela tem seu espaço próprio, é corpo vivo, e, aplicada num poema, é fonte imprevisível de significações, cabendo ao poeta, em sua *práxis*, revelar seu integral poder de expressão.

O poema, por isso, para Mário, é sempre selvagem. A cada leitura, ele apresenta aspectos inesperados da força virgem e original das palavras que o compõem.

Esse traço fundamental da obra do criador da vanguarda nova brasileira comparece em todas as vertentes de sua produção.

Pertencem à vertente rural (ou o “espaço do campo”) os livros *Lavra Lavra*, *Os Rodízios* e *Conquista de Terreno*; pertencem à vertente urbana (o “espaço da cidade”) os livros *Indústria* e *Configurações*; pertencem à vertente do Poder (o “espaço da consciência”) os livros *Planoplanário*, *A Quinta*

Parede e o recentíssimo *Natureza da Coisa*, lançado esta semana pela Editora Maltese; integram a vertente da palavra — considerada, ela mesma, tema de poesia — os livros *Espaço Inaugural* e o multilíngue *Now Tomorrow Mau* (livro fonético composto por sons iguais de palavras de idiomas diferentes) que mereceu de um dos maiores linguistas do nosso tempo, Roman Jakobson, a qualificação de simplesmente “brilliant poetry”.

Nos poemas de cada vertente, Mário convida o leitor à participação criativa, estimulando a percepção das sutilezas e das riquezas de sentido e emoção que cada verso ou interrelação vocabular traz em si.

Tal nota dominante na poesia de Mário pode ser sentida neste poema sobre alguém que carrega consigo o sentimento de certa “chuva interior” imaginária, símile de lágrimas ocultas:

*Quando saía de casa
percebeu que a chuva
soletrava.
uma palavra sem nexo
na pedra da calçada.*

*Não percebia
que percebia
que a chuva que chovia
não chovia
na rua por onde andava.*

*Era a chuva que trazia
de dentro de sua casa;
era a chuva que molhava
o seu silêncio molhado
na pedra que carregava.*

*Um silêncio feito mina,
explosivo sem palavra,
quase um fio de conversa
no seu nexo de rotina
em cada esquina que dobrava.*

*Fora de casa,
seco na calçada,
percebeu que percebia
no auge de sua raiva
que a chuva não mais chovia
nas águas que imaginava.*

(A quinta parede).

Da mesma forma, percebe-se, na vertente de consciência política e social, a caricatura de um Rei que cultiva o mando através do desmando — caricatura dramática nascida do contraponto das palavras. O poema denomina-se “O Rei”:

*Era um rei
que vinha
com mastros e bandeiras.
Era um rei oposto,*

*desses que trazem
a coroa
do lado do desgosto,
contra a força do seu povo.*

*Não era um João sem terra.
Era um rei sorrateiro
que pisa no reino
e quer o terreno de todo o terreiro.*

*Sem porteira,
vinha para ser dono.
Era um rei do mando
que desmandava
entre o mastro e a bandeira
do alto do seu trono.
Era um rei do mando.
Era um rei do engano.*

*Pôs o espanto
no rosto do seu povo
e o desgosto
no lado oposto do seu mando.
Era um rei deposto.*

A consciência histórica do poeta, por outro lado, vazada em aguda ironia, retrata-se no poema "Hierarquia da Honra", do livro *Natureza da Coisa*, recém lançado. Eis o poema:

*O rei concedeu
ao duque
um pedaço
do seu ducado.*

*O duque forneceu
ao conde
um bocado
do seu condado.*

*O conde cedeu
ao visconde
um retrato
de antepassados.*

*O visconde deu
ao rei
as esporas
do seu cavalo.*

*Todos,
donos e suseranos,
montados no dorso
de tantos tronos,
concederam ao servo,
seu ser vassalo,
a honra de ser escravo.*

Diante de realização tão pessoal de linguagem, tem razão Gilberto Freyre quando escreve a respeito da poesia de Mário:

Seu verbo incisivo é unicamente seu. Não apresenta parentesco com o de nenhum outro poeta. É uma expressão nova em língua portuguesa. Em Mário Chamie, a criatividade se apresenta tão dele — e tão somente dele — que é como se as palavras, ou relações entre palavras, nascessem com ele, como se fossem de todo inventadas.

Em Mário, todavia, a lira clássica de conteúdo futuro volta com todo o vigor em *Quinta Parede*. É deste livro que tiro o último poema:

FOGO NO CÉU DA BOCA

*Os cavalos do meu desterro
comem ervas desavisadas,
deglutem o ar de teu medo
e cantam na madrugada.*

*Dos galopes e dos freios
meus cavalos não sabem nada,
lambem as crinas do desejo
e pastam de madrugada.*

*As ventas do desespero
sopram os ventos das estradas,
cheiram a erva dos teus pelos
e fogem de madrugada.*

*Montado nos teus arreios,
galopo com fogo e espada,
penetro teu corpo aceso
no incêndio da madrugada.*

(Ed. Nova Fronteira, p. 121).

E paro por aqui, pois, que o discurso de recepção já é mais longo do que deveria, embora minúsculo para esculpir o perfil maiúsculo de Mário Chamie.

Mário, a Academia Paulista de Letras, ao recebê-lo como um dos seus, faz justiça à história da literatura pátria e abre suas portas para alguém cuja imortalidade poética já fora consagrada muito antes de seu ingresso.

Seja bem-vindo à sua nova casa.

Discurso de recepção a
Geraldo Vidigal
na Academia Brasileira de Letras Jurídicas

Conheci Geraldo de Camargo Vidigal há vinte anos, embora acompanhasse e lesse sua obra há muito mais tempo. Sempre admirei seus escritos, que impressionavam por ter, mesmo no Direito, uma visão multifacetada das Ciências Sociais. É que me dedicando ao Direito Tributário, como campo de trabalho e de pesquisa, desde cedo, aprendi a estudar as obras de Geraldo Vidigal, principalmente aquelas de Direito Financeiro.

E foram tais estudos que me levaram, na década de 70, a procurá-lo, para solicitar sua colaboração em obra coletiva que coordenava, com meu falecido sócio Henry Tilbery e com Hamilton Dias de Souza, voltada aos comentários do CTN. Solicitei-lhe, na ocasião, comentários sobre parte do Código Tributário de mais difícil deslinde para os tributaristas, ou seja, a da partição das rendas fiscais.

Recebeu-me em seu escritório, aceitou o convite e escreveu um admirável trabalho, analisando os artigos 83 a 95 do CTN, até hoje citado por todos quantos cuidam da matéria.

De lá para cá, nossos contactos são constantes e, nesta convivência de vinte anos, que para mim foi extremamente valiosa e emotiva, sempre me serviu como modelo de jurista pluridotado.

Geraldo é um jurisconsulto completo, pois entende de Direito, de Economia, de Contabilidade, ciências que domina

com maestria. Se na Contabilidade compara-se aos melhores contabilistas, na Economia vence a quase todos os especialistas, com rara percepção dos fenômenos econômicos, em uma visão antecipatória, especialidade que os economistas que são apenas economistas, não conseguem compreender.

Talvez, no Brasil, Geraldo Vidigal seja, hoje, o mais completo professor de Direito Econômico, na medida em que alia profundos conhecimentos de Direito com não menos profundos conhecimentos de Economia. Na cordilheira do direito tributário, financeiro e econômico, o advogado que não conhece Economia ou Contabilidade, ou o jurista que se afasta de suas noções, termina por ser um pálido exegeta da norma em exame.

Geraldo Vidigal, desde o início de seus estudos de Direito econômico, detectou, titular que foi da matéria, elementos de densa integração com a Economia. Como Ronald Coase, prêmio Nobel de Economia em 1989, entendeu que não pode interpretar bem a norma própria de Direito Econômico aquele que não entende em profundidade de Economia. É interessante notar que, como economista, Geraldo Vidigal, em todos os planos heterodoxos, de farta utilização nos últimos anos pelos governos, já diagnosticava desde seus respectivos lançamentos, as falhas e acertos que continham (sempre mais falhas que acertos) e as violências jurídicas perpetradas em decorrência do desprezo à Constituição e da falta de conhecimento técnico demonstrado por seus autores. E nunca falhou. Sempre perscrutou o futuro com olhos de lince intelectual, abordando novos espaços para a reflexão acadêmica, a partir de tais proféticas lições. É que

sempre percebeu ser a Ciência Econômica fundamentalmente uma Ciência Psicossocial e não matemática ou ideológica e que são os agentes econômicos que fazem a Economia e não os economistas.

Poucos economistas entendem de Economia como Geraldo Vidigal. E, por decorrência, poucos entendem de Direito Econômico como Geraldo.

É, assim, com enorme satisfação que recebo, em nome do Colégio Acadêmico da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, Geraldo Vidigal, este paulista nascido em 1921, filho de Alcides da Costa Vidigal e Tercília de Camargo. Sua vida é um autêntico livro de serviços prestados ao país. Tendo-se formado em 1945, como advogado foi conselheiro, vice-presidente e presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, sendo, hoje, conselheiro nato daquela instituição, fundada em 1874. Foi também conselheiro da OAB-SP por três mandatos consecutivos e presidente por dois mandatos do Comitê Latino-Americano de Advogados Especializados em Direito Bancário. É consultor geral da CNIF Confederação Nacional das Instituições Financeiras, da FEBRABAN Federação Brasileira das Associações de Bancos, FENABAN Federação Nacional dos Bancos e da ASSOESP Associação dos Bancos no Estado de São Paulo, sobre ser conselheiro do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo. Representou diversas instituições no exterior, em Congressos nas cidades de Madri, Roma, Miami, Cidade do México, San José da Costa Rica, Caracas, Bogotá, La Paz, Lima, Santiago do Chile, Assunção, Buenos Aires e Montevideú.

Tem participado da elaboração de leis em variadas áreas, como ocorreu com a Lei 4595/64, o projeto de lei falimentar e aquele das sociedades por ações.

Leccionou na Universidade Mackenzie e PUC de São Paulo e, na USP, foi, sucessivamente, livre docente de Economia Política e Direito Financeiro, Professor Adjunto do Departamento de Direito Econômico e Financeiro e Professor Titular de Direito Econômico, além de Coordenador Geral de todos os Cursos de Pós-graduação.

Sua obra jurídica é de monta, destacando-se os seguintes livros:

Disciplina dos órgãos de direção monetária, SP, 1964;

Fundamentos do Direito Financeiro, SP, Revista dos Tribunais, 1972/73 (ed. revisada);

Objeto do Direito Econômico, SP, Revista dos Tribunais, 1976;

Teoria Geral do Direito Econômico, SP, Revista dos Tribunais, 1977;

Direito Societário, Belém, co-ed. IASP/CEJUP, 1983;

Teoria General del Derecho Económico, trad., Bogotá, FELABAN, 1985;

O sigilo bancário e o fisco, SP, IBCB Inst. Bras. de Ciência Bancária, 1988;

A função do Estado na disciplina da intermediação financeira, IBCD, SP, 1988;

A correção monetária nos financiamentos rurais, IBCD, SP, 1988;

A lei de defesa do consumidor - sua abrangência, IBCD, SP, 1990;

Padrão monetário e estipulação contratual, IBCD, SP, 1991.

Tive a oportunidade de coordenar com ele duas obras, a saber: *Os comentários à lei das S/As* e *Série de Estudos* sobre o referido diploma legal, o primeiro, em cinco volumes e o segundo, em vinte e quatro.

Como advogado é incansável e imbatível, sendo hoje, sem qualquer dúvida, o maior conhecedor de direito bancário do país. Aliás, como advogado, atua, indistintamente, nas áreas de direito privado e público, com o mesmo brilho e sucesso.

Como Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, onde é conselheiro nato, deu início à nova fase da instituição. É, pois, jurista, professor, advogado e líder da classe, desde que voltou da Guerra, em 1945.

Aliás, foi um dos quatro estudantes de direito que Getúlio Vargas convocou para o Corpo Expedicionário Brasileiro, tendo escrito, sobre experiências na 2ª Guerra, uma obra sugestiva intitulada *Aprendiz de Liberdade*, em que mostra o dia-a-dia do expedicionário brasileiro, suas angústias, ideais e insuficiências, numa linguagem límpida e comovente. De resto, a escolha de quatro estudantes das Arcadas, únicos no Brasil a compor o Corpo Expedicionário, foi por muitos considerado ato de vingança de Getúlio pela rebelião daquela Faculdade em 1943.

Seus pendores pela literatura, todavia, já eram sentidos à época, tendo dirigido o jornal do expedicionário durante a campanha na Itália.

Ao voltar dos serviços militares na Itália, inaugurou o movimento que a História da Literatura brasileira denomina “Geração de 45”. Seu livro *Predestinação*, prefaciado por Mário de Andrade, é o marco desta escola, que revelou poetas como Pedro Ivo, Péricles Eugênio, Domingos Carvalho da Silva, Cyro Pimentel, Geraldo Pinto Rodrigues, Cabral de Mello Neto e à qual me filiei alguns anos depois, visto que sou jovem há menos tempo que Geraldo Vidigal.

Fundou o Clube da Poesia, que congrega cento e vinte poetas brasileiros. Lá, as cadeiras são “númerus clausus”, tendo eu, por suas mãos, nela ingressado em 1980, como também, por suas mãos, fui levado à Academia Paulista de Letras. Entre suas obras literárias encontram-se:

Predestinação, poemas, São Paulo, Ed. Martins (Prefácio de Mário de Andrade), 1945;

Cidade, poemas, São Paulo, Ed. Martins, 1952;

Cantares de Amor e Solidão, poemas, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1971;

O Aprendiz de Violência, contos, São Paulo, Unibanco Editora, 1987;

O Aprendiz de Liberdade — do Centro XI de Agosto à 2ª. Guerra Mundial; narrativa de episódios que viveu na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e durante a 2ª Guerra Mundial, São Paulo, Saraiva, 1988. Obra que recebeu o prêmio “Carlos de Laet”, da Academia Brasileira de Letras;

Os pintores do Mar, conto infantil, São Paulo, 1989, que recebeu o prêmio “Monteiro Lobato”;

Escute essa, vovô, histórias infantis, São Paulo, Kansã, 1991;

O Relativo e o Essencial, ensaio sobre tema filosófico, São Paulo, IBRASA, 1990;

A Lira em 101 Poemas, São Paulo, Kansã, 1991.

Geraldo Vidigal é hoje presidente do Clube de Poesia, diretor da Ordem Nacional dos Escritores, membro das Academias Paulista de Letras, Lusíada de Ciências, Letras e Artes, Internacional de Direito e Economia. E, com sua esposa, a escritora e teatróloga Mariazinha Congílio, dirige a Pensão Jundiáí, movimento por ela iniciado e que congrega todas as áreas da intelectualidade paulista, uma vez por mês.

Quero, todavia, antes de encerrar, lembrar de duas facetas marcantes na personalidade de Geraldo Vidigal.

A primeira é que deu início, no país, à escola moderna do Direito Econômico. Por sua teoria da dominação, contrapôs as relações de subordinação, próprias de direito público, àquelas de coordenação, que são peculiares ao direito privado, mostrando que, por ser o direito econômico a disciplina jurídica do investimento, da poupança, do consumo, da produção, da moeda e do crédito, à evidência, se posta entre o direito público e o privado, tendo facetas próprias de ambos. Enquanto a relação de imposição é vertical e a de coordenação é horizontal, a relação de dominação, na teoria "Vidigaliana", é transversal. Reconheço haver — em minha própria e sintética definição do direito econômico, ou seja, a disciplina jurídica da macroeconomia — inequívoca influência de Geraldo Vidigal.

O segundo aspecto é que, graças à sua perseverança, a Geração de 45, que com ele começa, mantém, em pleno 93, o vigor dos primeiros tempos, pela renovação do insuficiente, a valorização do clássico, sem perda de caminhos para o amanhã. É a ponte do passado para o futuro, caminhando pelo presente.

E não poderia deixar, como amigo, admirador, seguidor — em muitas áreas — de suas lições, de terminar esta oração, de forma ajurídica e extra-técnica, não citando o jurista consagrado, mas o poeta imortal. É dele esta pérola poética:

VOZ

*Para os requintes de morte,
Para as fanfarras de festa,
Para as tonturas de sono,
Meu verso é a voz que me resta.*

*Para cobrir as distâncias,
Para as mensagens secretas,
Para alçar-me sobre o tempo,
Meu verso é a voz que me resta.*

*Para servir os apátridas,
Para ecoar os profetas,
Para chamar os ausentes,
Meu verso é a voz que me resta.*

*Para mim e para Glaura,
E Judas, e Madalena,
E Cham, e Cristo, e meus mortos
—Rosa de sangue, verbena!—
Meu verso, de braços mortos,
É a triste voz que me resta.*

(A lira em 101 poemas, Ed. Kansã, 1991)

Geraldo Vidigal, imortal das letras, a Academia Brasileira de Letras Jurídicas, reconhece, agora, sua outra imortalidade, a de cultor das letras do Direito e de fundador da escola brasileira de Direito Econômico. Seja bem-vindo a esta Casa, que, de rigor, foi sempre sua.

Discurso de posse como correspondente
e recepção a
Roberto Campos
na Academia Matogrossense de Letras

Da Academia Paulista
À Casa de Mato Grosso,
Há distâncias que remontam
Ao Brasil quando era moço.

O distender bandeirante,
Que alargou a pátria história
Fez terras de Mato Grosso,
As terras que são de agora.

Os bravos que do planalto,
As bandeiras desfraldadas,
Há séculos penetraram,
Por rios e por chapadas,

Geraram gente altaneira,
Que nestas plagas centrais
Respondem pelo Brasil,
Com sonhos de samurais.

O tempo desfaz a bruma
Das cabeleiras ao vento,
Mato Grosso foi São Paulo
No pretérito do tempo.

Mas São Paulo é Mato Grosso,
Pois lançou nele semente
De uma nação gigantesca
E de um povo diferente.

Se o espaço reflete o tempo,
A verdade se desvenda
Em gestos de brava gente,
Que a saga transforma em lenda.

Por isto vem do Planalto
Um grito de amor profundo,
Pois o centro do Brasil
É também centro do mundo.

Neste dia, em que Roberto
Por sua terra é lembrado,
Tudo se torna presente,
Mesmo o tempo que é passado.

Manda, pois, o abraço amigo
Quem distante está da vista,
Mas que tem o Mato Grosso
No seu coração paulista.

Ao nobre Sebastião Carlos,
A Clóvis e à Academia
Vão votos de bem querer,
Embebidos na alegria.

E neste correspondente
Resta a certeza final,
Dos imortais brasileiros
Roberto é mais imortal.

Discurso de recepção a
Arnoldo Wald
na Academia Paulista de Direito

Fernando Witaker da Cunha, em seu discurso de recepção a Arnaldo Wald na Academia Brasileira de Letras Jurídicas, em estilo eloqüente e de fôlego, assim resumiu o imenso currículo do novo acadêmico:

Civilista, comercialista, administrativista, e constitucionalista, professor catedrático de Direito Civil da UERJ, Livre-Docente das Faculdades de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense, professor associado da Faculdade de Direito de Paris, procurador do Estado, por concurso a que se submeteram, também, Raymundo Faoro, J.C. Barbosa Moreira e Ricardo Pereira Lyra, além de outros, ex-procurador-geral da Justiça, ex-vice-presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários, membro do Conselho Monetário Nacional, autor de importantes anteprojetos de leis, como o que se transformou na Lei 7.913/90, que dispõe sobre a ação civil pública por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários, portador de sólida formação humanística, influenciado por seus esclarecidos pais, colaborando desde os 14 anos no Suplemento Literário do Correio da Manhã, dirigido pelo austero Álvaro Lins, jornalista reputa-

do, Arnaldo Wald, nascido em 1932, fez-se notar ainda como estudante, por seus dotes intelectuais, elaborando a substanciosa e precisa monografia sobre a Influência do Direito Francês sobre o Direito Brasileiro no domínio da Responsabilidade Civil, premiada pelo governo francês e pela Associação Henri Capitant, da qual seria secretário-geral, e de cujo Grupo Brasileiro, presidente, e que foi, a rigor, o ponto de partida de uma vasta, densa e significativa produção intelectual, que se espraia por livros e incontáveis artigos em revistas especializadas.

(Cadernos de Direito Tributário e Finanças Públicas nº 9, Revista dos Tribunais, ano 3, out/dez 1994, pg. 305):

E após cuidar das relações que manteve com as mais altas expressões do mundo jurídico pátrio e externo, das obras escritas, do casamento com a doce Heloísa, do encaminhamento dos quatro filhos do casal, de sua participação na redação de alguns dos projetos de lei mais relevantes de sua área, concluiu que:

Através desse losango de palavras, as quais, segundo o poeta Francis Ponge, constituem "un monde concret, aussi dense, aussi existant que le monde extérieur", evoca-se, palidamente, a majestosa elaboração teórica de Arnaldo Wald, que o situa, indubitavelmente, entre os maiores civilistas brasileiros, intérprete de uma visão arejada, corajosa, substan-

cial e renovadora do fenômeno jurídico" (ob. cit. pg. 309).

Não pretendo neste discurso de recepção repetir as palavras do eminente confrade da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, razão pela qual as estalajo em minhas palavras. Pretendo isto sim, realçar uma outra faceta do homem completo, que é Arnaldo Wald, cujo brilho indiscutível no campo do Direito — de todos conhecido — termina por ofuscar seu outro perfil, nada obstante a indiscutível importância que exerceu, na formação do grande jurista.

Certa vez, li, em Pierre Charles, ao comentar a parábola do bom samaritano, que o gesto generoso daquele viajante que acolheu a vítima de assaltantes de estrada e a deixou em um albergue, ofertando o dinheiro necessário para que fosse cuidada pelo seu proprietário, não permitiu visualizar o trabalho silencioso, mas duradouro, do estalajadeiro que o acolheu e dele cuidou até sua recuperação. A grandiosidade do ato do viajante escondeu a permanência da ação do hospedeiro, que, na economia da salvação daquele homem, foi tão relevante quanto a do que prestou os primeiros socorros.

Assim ocorre, também, com Arnaldo Wald. O jurista é mais conhecido que o homem justo. O advogado, que o homem bom. O cidadão público, que o homem generoso.

São estas três facetas de Arnaldo, pouco conhecidas, embora não de seus amigos mais íntimos que as admiram tanto quanto a do professor — indiscutível orgulho das letras jurídicas do país — que pretendo sublinhar.

Arnoldo é um homem justo na plena acepção da palavra. Davam, os israelitas, há dois mil anos atrás, particular relevo à expressão “justo” que compreendia o homem pleno. Era justo quem, interior e exteriormente, não se deixava levar pelo orgulho, pela soberba e tratava todas as pessoas com a justiça necessária que se atribui a cada um.

Os jusnaturalistas — não da escola racionalista, que foi criticada tanto pelos positivistas, quanto pelos verdadeiros jusnaturalistas — que vêem a perfeita conciliação entre o direito que cabe apenas ao Estado reconhecer, o qual constitui o núcleo essencial do Direito Natural, e aquele que cabe ao Estado criar e que pertence a área própria de sua atuação na adequação da lei às circunstâncias, realçam a importância do princípio do “suum cuique tribuere”, isto é, o de dar a cada um o que, não só de direito, mas de justiça, lhe pertence. A justiça, que conforma a verdadeira razão de ser do Direito, fazendo-o mais ou menos permanente quanto mais ou menos dela se aproxima, é ideal que o transcende. O organismo social apenas juridiciza objetivando integrar a fantástica dimensão interior do verdadeiro homem. Por isto Hervada e Izquierdo definiram o Direito como a “ordem social justa”, que deveria ser aquela própria de cada ser humano.

Arnoldo Wald é um homem justo, como o foi José, filho de Jacó, que, nada obstante a traição dos irmãos, salvou seus familiares e seu povo, porque a busca de um ideal supera qualquer espécie de ressentimento.

Quem conhece Arnoldo sabe de que maneira trata todos seus amigos, conhecidos, alunos e demais pessoas que dele

se aproximam. É sempre cordial, sempre solícito, sempre disposto a colaborar, a auxiliar quem dele necessite, agindo sem nunca perder a serenidade. Tenho, nestes dezesseis anos de amizade com Arnaldo — conheci-o quando ingressei no Instituto dos Advogados Brasileiros em 1979 — sempre convivido com tal “maneira de ser” — expressão do agrado de Adriano Moreira, presidente da Academia Lusíada de Cultura Portuguesa — que o faz admirado por tantos quantos formam seu círculo pessoal, porque sabe dar a “cada um o que é seu”. E, às vezes, mais do que é seu.

Além de justo, Arnaldo é um homem bom. Muitos entendem que na virtude da justiça, está incluída aquela da bondade. E têm razão. Nem por isto se deve amalgamá-las, visto que possuem características próprias. A bondade reside no fato de não só dar a assistência que as pessoas merecem por dever de justiça, mas ser a elas dedicado, disposto a dar o exemplo de respeito e consideração, além de transmiti-lhes, também, a necessidade de serem boas. A justiça comutativa, que é apenas jurídica, a justiça distributiva que a transcende e a justiça social que lhe dá plenitude, principalmente a última, têm, na virtude de “ser bom”, seu alicerce maior. É aquilo que Arnaldo vive.

Mas além de justo e bom, é Arnaldo Wald um homem generoso. Quem o conhece sabe bem de que forma está sempre disposto a colaborar, a auxiliar, a ajudar todos os que o procuram. Nunca vi Arnaldo dizer não a alguém. O professor é, normalmente, um homem generoso, pois deve cuidar de futuras gerações. Nem todos o são, todavia. Alguns vêm no ensino apenas forma de veicular sua vaidade sendo, o

aluno, um mero espectador de suas virtualidades. Infelizmente, ainda que condenável tal tipo de falsos mestres, mesmo que bons conhecedores das matérias que lecionam, ainda alguns vicejam no país.

Não é este o perfil do Arnaldo Wald, que para os alunos e para os estudiosos, está sempre disponível, colaborando, analisando, orientando os jovens e os menos jovens, com a paciência própria de mestres como Sócrates, Platão e Aristóteles, filósofos, mas tão professores quanto filósofos, visto que conseguiram impor suas idéias, em escolas materializadas e doutrinárias, por séculos, influenciando todo o pensamento moderno, inclusive de Agostinho e Tomás de Aquino.

Estas virtudes, que descobri na convivência de dezesseis anos, fazem de Arnaldo Wald um homem destituído de vaidades, como foi Einstein, predicado que, infelizmente, não adornou a inteligência de Newton, ambos cientistas geniais, um deles simples e o outro de uma vaidade tão exuberante que terminou por se tornar, na Inglaterra, um homem injusto.

Creio, entretanto, que estas sensíveis qualidades de Arnaldo Wald puderam ser amplificadas pelo casamento com Heloísa, a terna companheira de sua vida, sempre a seu lado, nas vitórias e dificuldades, cuja cultura e delicadeza todos admiram e que não ficam a dever ao valor do magnífico jurista. De um casamento tão sólido, os frutos teriam que ser exemplares, sendo, seus quatro admiráveis filhos, o justo adorno de uma família maiúscula.

É este homem de bem que a Academia Paulista de Direito recebe. Tendo transferido seu domicílio para São Paulo, é hoje advogado, jurista e mestre de coração paulista, orgulhando-se, seus colegas, por sua opção de exercício profissional em terras bandeirantes.

Caro Arnaldo Wald, a Academia Paulista de Direito sente-se honrada por recebê-lo em seus quadros para engrandecimento da história de uma instituição preocupada exclusivamente com a evolução do bom Direito no país. Seja bem-vindo, eminente Acadêmico. A Casa é sua.

Discurso de recepção a
José Renato Nalini
na Academia Paulista de Direito

A Academia Paulista de Direito recebe, hoje, um insigne jurista, um magistrado de renome e um homem de bem, na clássica aceção que apenas revestia com a denominação os homens justos.

Os Evangelhos referem-se ao pai adotivo de Cristo como um homem justo, que era o adjetivo mais adequado para confirmar as virtudes de quem as tinha, num mundo pouco virtuoso.

E aquele de quem Naline recebeu também o nome — e que teve o supremo privilégio de salvar e educar o próprio Deus feito homem — sempre serviu de modelo para sua vida, conservando a lembrança batismal e renascendo, Renato que é, com virtudes de José, o Justo.

Sua vida é uma vida de dedicação ao próximo, ao Direito e à Justiça. Ao próximo, na medida em que recebeu de seus pais educação cristã, não sendo impertinente rememorar que seus avós Jacinto e Catarina, vindos de Verona e residentes em Jundiá, foram considerados “os pilares de São Bento” pelos abades Dom Pedro Roeser e Dom Amaro Boetemüller, pelo apoio que deram ao Mosteiro, naquela cidade. Uma de suas tias, a religiosa Sórora Maria da Providência, faleceu com tuberculose óssea aos 30 anos, contraída pelo jejum e orações contínuas. E um seu tio-avô foi sacerdote secular, o venerando Monsenhor Naline, sendo que

uma neta de seus avós recebeu a vocação de carmelita descalça, a Irmã Elizabeth da Santíssima Trindade.

Num ambiente como este, José Renato Naline tinha que crescer com o amor pela justiça, pelos princípios éticos, pela luta em prol da verdade.

Estudando em escolas religiosas (Escola Paroquial Francisco Telles, Ginásio e Colégio do Deus Salvador), representou Jundiáí em uma “maratona apologética”, vencendo-a ao lado do sobrinho de Dom Agnelo Rossi. Pertenceu à Cruzada Eucarística, à Liga de Maria e ao Movimento dos Conselhos da Cristandade, sendo com seu pai os únicos autorizados a ingressar no claustro das carmelitas de Jundiáí para fazer trabalhos que a pouca força física das religiosas não permitia fossem por elas mesmas realizados.

Casado em 76 e pai de quatro filhos, mantém, apesar das tormentas da vida, a clareza da indissolubilidade do vínculo matrimonial, pois aprendeu de seus pais a relevância do papel do cristão no mundo. São de Naline as palavras que se seguem:

De minha mãe, aprendi a valia do estudo permanente. Educou-me para a seriedade, para o caminho do aperfeiçoamento contínuo. Ensinou-me a respeitar a dignidade dos semelhantes. Incutiu-me o cultivo da sensibilidade, da beleza, dos bons sentimentos. Ela é ainda um anjo a me acompanhar todos os dias, inspirando-me na preservação dos valores por ela transmitidos. Abriu-me os olhos para a riqueza da leitura. E para a descoberta das qualida-

des de todo ser humano, independentemente de sua origem ou status. Sem ela, nada seria. Agradeço a Maria, todos os dias, haver-me reservado uma mãe tão parecida com ela. E, modéstia à parte, um pai tão próximo a São José, até na profissão de marceneiro. Profundamente bom, generoso, disponível, compreensivo e sempre pronto a perdoar. Era também um sonhador. Fundou um grupo de teatro amador que movimentou Jundiaí nas décadas de 40/50. Jogava um excelente futebol e nele fazia apostolado, tendo sido líder de movimentos religiosos como a Cruzada da Mocidade Católica, a Juventude Operária Católica e a Catholica Unnio, além da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Catedral Nossa Senhora do Desterro. Morreu em 1992, deixando-me órfão e desprovido do meu melhor amigo. O mais desinteressado. Onipresente. Faz-me falta imensa.

É este homem justo, é este homem de bem que a Academia recebe. O seu amor à Justiça fê-lo seguir a carreira do Direito e da Magistratura, depois de ter trabalhado na Companhia Paulista de Estradas de Ferro e escrito para os jornais de Jundiaí, à época que os três Fernandos também lá colaboravam (Fernando Pedreira, Fernando Gasparian e Fernando Henrique Cardoso).

É como magistrado, todavia, que sua personalidade se torna mais evidente, transplantando a educação cristã para suas decisões, para seus votos, para seus escritos.

Depois de ter sido Secretário particular, de Educação, de Planejamento e Chefe de Gabinete da Prefeitura de Jundiá, e de ter exercido a função de promotor, concursado que fora, em 1973, para o Ministério Público, ingressou, em 1976, na magistratura, tendo sido juiz nas Comarcas de Barretos, Monte Azul Paulista, Itu, Jundiá e de São Paulo onde ocupou diversos cargos, em variadas varas, até chegar ao Tribunal de Alçada Criminal. Hoje, honra aquele colegiado com seus ponderados e bem estudados votos, visto que lá ingressou em 6/10/1993 pelo critério de merecimento, após ter, algumas vezes, atuado no Tribunal de Justiça, como juiz convocado.

Como magistrado apenas exteriorizou sua vocação de jurista ambivalente. Tendo sido Professor de Economia Política no Instituto de Educação Experimental de Jundiá, em 1973, Professor de Teoria Geral do Estado na Faculdade de Direito de Campinas em 1976, de Sociologia Política na Escola Superior de Educação Física em Campinas, de Introdução ao Estado de Direito na Faculdade de Engenharia da Fundação Educacional de Barretos, de Teoria Geral do Estado e da História das Instituições na Faculdade de Direito de Jundiá, é hoje professor de Direito Civil e Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Paulista e de Direito Constitucional e de Ética da Magistratura da Escola Paulista de Magistratura.

Exerceu atividade relevante na Corregedoria Geral da Justiça, na Secretaria de Justiça, quando da elaboração de anteprojeto das serventias judiciais, e junto à Presidência do Tribunal de Justiça, sobre participar ativamente das realiza-

ções da Associação Paulista dos Magistrados, do Instituto Pimenta Bueno e da Escola Paulista de Magistratura.

Suas atividades culturais não se restringem ao país. Participou de congressos em Portugal, Estados Unidos, Venezuela, França, lá proferindo inumeráveis conferências sobre a magistratura brasileira, coordenando variados cursos sobre temas, quase sempre relacionados à ética no Direito, assim como participou de encontros, debates, Seminários, Congressos, Simpósios, Colóquios. Escreveu os livros *O Tribunal de Justiça, Recrutamento e Preparo de Juizes* e *O juiz e o Acesso à Justiça*, tendo coordenado obras como *Curso de Deontologia da Magistratura, Formação Jurídica e Uma nova ética para o juiz*, além de ter publicado quase meia centena de estudos na imprensa especializada, ostentando em decorrência inúmeras condecorações e homenagens.

Este breve perfil do novo acadêmico reforça o que disse no início, de ser um insigne jurista, um magistrado de renome e um homem de bem.

Não gostaria, todavia, de terminar esta saudação sem realçar o que me parece ser a característica dominante do acadêmico José Renato Nalini. É o seu amor pela Justiça, que só pode ser alicerçada numa profunda compreensão da ética no Direito.

Sem desprezar as lições que os positivistas aportaram à Ciência do Direito, principalmente no discurso escurido — sendo Kelsen, para o Direito, o que Wittgenstein foi para a filosofia — José Renato Nalini transcendeu, na reflexão sobre a Ciência que elegeu em sua vida, para o ideal de Justiça, único a justificar o Direito como regulador de uma

ordem social. Quando Hervada e Izquierdo definiram o Direito em três palavras ou seja “ordem social justa”, nada mais fizeram do que acrescentar, ao poder regulador da ordem que o Estado detém, a busca de uma organização justa. Mais do que estar a sociedade regulada pelo Direito, é necessário que esteja regulada bem.

Por esta razão, nas três facetas do Direito — ou seja, a da produção normativa, a da legislação aplicada pelo Estado e a da solução dos conflitos na área judicial — o ideal de justiça deve sempre ser objeto supremo daquele que faz do Direito uma vocação de vida. Tanto o legislador quando faz a norma, o administrador quando a aplica e o juiz quando a julga, não podem fazê-lo sem que sua valoração se lastreie no ideal de justiça. E este só ocorre se o legislador, o administrador e o juiz tiverem uma aguda percepção da ética, da moral e de seu papel na sociedade, que é mais servir do que ser servido.

Tal percepção, Naline sempre teve, claramente, espalhando-a, nos cenários onde atua, com precisão e eficácia. Por isto, como aquele que há dois mil anos lhe serviu de modelo e cujo nome ostenta, é Naline um homem justo. E a este homem justo é que a Academia Paulista de Direito hoje abre as portas. Bem-vindo seja, Naline, à sua nova casa.

Discurso de recepção a
Sálvio de Figueiredo
no Instituto dos Advogados de São Paulo

A fundação em 11 de agosto de 1827 de duas Escolas de Direito, em São Paulo e Olinda, dá início à formação jurídica de brasileiros no país, que poucos anos antes conquistara sua independência de Portugal.

Em governo conturbado, mas fundamental para dar o perfil continental da nação que ensaiava seus primeiros passos, D. Pedro I percebeu que, para a consolidação de um Estado de Direito, seria imprescindível vivência jurídica autônoma e, por esta razão, as duas primeiras instituições de ensino superior do Brasil são Faculdades de Direito.

Não se pode esquecer a positiva influência que um pequeno grupo de notáveis intelectuais exerceu na decisão do Imperador, alguns exilados após a dissolução da Constituinte, mas que, como os pais da República Americana, esculpiu a nação brasileira. A decisão, todavia, foi exclusivamente do Rei Cavaleiro — na feliz adjetivação de Pedro Calmon — que mais intuitivo do que culto e mais estadista que político, ofereceu a independência ao Brasil e, depois, reconquistou o trono português, depondo seu irmão, D. Miguel.

A D. Pedro I deve-se a instituição, não só dos estabelecimentos de ensino jurídico, mas, mais do que isto, a criação de uma Escola de Direito pátria que, nos últimos cento e sessenta e sete anos, tem-se ombreado às maiores escolas das nações civilizadas.

As Faculdades passaram, tão logo surgidas, a ser o Centro de Convergência, não só das discussões sobre o perfil jurídico que a Nação começava a adquirir, mas também de preparação de um sólido corpo de advogados, promotores, magistrados e professores com vistas para o futuro, na regulamentação do presente, sem esquecer as lições do passado.

Por esta razão, o jovem Imperador D. Pedro II — que durante toda sua vida prestigiou o Instituto dos Advogados Brasileiros, muitas vezes assistindo conferências sobre complexos temas de Direito, na platéia do Auditório do IAB —, aconselhado por seus assessores, incentivou a fundação da co-irmã carioca, visto que a Capital do Império não tinha qualquer instituição capaz de aperfeiçoar os juristas formados em Olinda ou São Paulo. Idêntica iniciativa tomou um grupo de profissionais em São Paulo, a qual terminou por não ser bem sucedida. Entenderam, à época, tais profissionais, que a Província de São Paulo não precisava de um Instituto, pois já contava com sua Faculdade de Direito, o que não ocorria com a capital do Império que, sem instituições jurídicas, não possibilitava o encontro e o sadio debate entre os especialistas da área.

O mesmo argumento frustrou outra tentativa em 1864, só vindo a ser bem sucedida a terceira investida, já sob a liderança do Barão de Ramalho.

Assim descreve Rubens Approbato Machado a fundação:

Em 14 de abril de 1875, por ato do Presidente da então Província de São Paulo, João Teodoro Xavier de Matos, o instituto teve sua Carta oficialmente apro-

vada, considerada, a partir de então, uma entidade de interesse público. Sua primeira diretoria foi empossada, solenemente, em 17 de junho de 1875, tendo por seu Presidente, o Barão de Ramalho. Na sua oração de posse, com notável espírito de premonição sobre os destinos e finalidades do instituto ao longo de sua vida, o Mestre Ramalho ressaltou “é por sem dúvida o centro cultural de um instituto que facilita aos advogados permutarem suas idéias e pensamentos sobre as questões intrincadas do Direito e as aplicações práticas aos casos ocorrentes”. E, efetivamente, ao longo dessa mais do que centenária existência, o IASP tem sido o centro cultural de estudos jurídicos, na permanente busca do aprimoramento da elaboração legislativa, do primado da Justiça e do Direito e do desenvolvimento da ciência jurídica.

E, naquela histórica oração, Ramalho, ao mesmo tempo, indaga e responde: “Para que serve um Instituto dos Advogados? Num país como o nosso, em via de organização, é infinita a função política e é rigoroso o dever moral dos homens da ciência, sem a qual de nada valem as boas intenções, o esforço e o patriotismo. Sem a ciência não é possível o conhecimento dos fenômenos, nem o método criador, nem a lei, nem o próprio raciocínio sistematizado. Quando muito haverá força desagregada e egoísmo a dificultar a evolução e o aperfeiçoamento dos elementos embrionários.

De rigor, até o advento da República, funcionou o Instituto dos Advogados de São Paulo como a verdadeira Casa do Advogado e da Justiça, permitindo que a Faculdade de Direito se concentrasse nas suas atividades essenciais, que era a de formar profissionais.

Assim, São Paulo, como o Rio, passaram a possuir instituições dedicadas a promover o aperfeiçoamento da classe de profissionais e o estudo de Direito, tendo-se tornado, naqueles anos, as verdadeiras Escolas de Pós-graduação do país.

Com o advento da República e a morte de alguns dos ilustres fundadores, o Instituto dos Advogados de São Paulo entrou em fase de pouca produção, ao ponto de, em 1916, Francisco Morato ter imaginado fundar um novo Instituto, pois parte da produção anterior se perdera, inclusive documentos essenciais que apenas foram descobertos pelos que dirigiam o IASP em 1985. Ao procurarem levantar a História, descobriram, desde a ata de fundação até as listas de presenças, fotografias e documentos, demonstrando a fecunda atuação da instituição no Império e início da República.

A partir de 1916, retomou, pois, o IASP sua decisiva participação na vida jurídica nacional e de lá para cá, sem qualquer interrupção, colabora de forma admirável e fecunda com a elevação do nível de pesquisas em todos os campos do Direito, sobre gerar uma Escola Paulista de Advocacia, uma Escola Paulista de Direito Tributário, além de contribuir para o perfil de autênticas e universais correntes brasileiras de direito público e privado, realçando-se a conformação pátria do direito econômico e constitucional.

Hoje, as maiores expressões do Direito Brasileiro pertencem ao IASP. Sua Escola Paulista de Advocacia, seus cursos e publicações, suas contribuições “de lege ferenda” ou de crítica a “lege lata” têm auxiliado governantes, advogados, magistrados, membros do Ministério Público e da Administração, a trilhar os caminhos mais justos da Lei.

O próprio gesto de separar a Ordem dos Advogados do Instituto, visto que a instituição de 1916 passara a representar a classe dos advogados e os interesses da categoria, objetivou manter o perfil de uma Casa de Juristas.

A Ordem dos Advogados nasce pelas mãos dos Institutos dos Advogados e principalmente do Instituto de São Paulo. Do Instituto da Ordem dos Advogados de São Paulo, como era denominado, voltando o Sodalício a ostentar seu nome de origem e retornando a ser, como foi desde o início, o albergue do Jurista, do Doutrinador, do Professor, do profissional especializado.

Nesta separação, em que a Ordem se transforma na Casa do Advogado e o Instituto na Casa do Jurista, houve por bem a Ordem, gerada pelos Institutos, hospedar a participação de jurisconsultos, mantendo 1/4 de seu Conselho preenchido por profissionais de livre indicação dos Institutos.

Respeitava, a jovem filha, as lições de sabedoria de seu velho genitor, para que a experiência dos mestres indicados fosse útil aos advogados eleitos pela classe. E somente agora, com o novo Estatuto da Ordem, deixaram os Institutos de colaborar diretamente com a direção das Seccionais da entidade de classe, para colaborar, exclusivamente, na produção científica que tem caracterizado seu trabalho maior.

Em rápidas pinceladas, é o aniversário desta instituição, com a permanente juventude de seus cento e vinte anos, que agora comemoramos, em sua sede própria, que foi possível adquirir com a colaboração da Seccional da OAB de São Paulo, nas gestões de Cid Vieira de Souza e Mário Sérgio Duarte Garcia, também sócios dessa Casa. Casa, que é magnificamente dirigida por Rubens Approbato Machado e uma plêiade de eminentes colaboradores, na tradição dos grandes presidentes que já teve, entre os vivos destacando-se Ylves de Miranda Guimarães, Geraldo de Camargo Vidigal, Eduardo Tess, Cássio da Costa Carvalho, Cláudio Mesquita Pereira, que voltará a presidi-la, consagrado por esplêndida votação em sua recente eleição.

E, nestes cento e vinte anos de História, que se confunde com a História do país, tem a instituição o privilégio de outorgar o título de Sócio Honorário ao Ministro Sálvio de Figueiredo, presidente da Escola Nacional da Magistratura, entidade de ensino superior dos juizes brasileiros, que tem promovido, com o Instituto, inúmeros Congressos, Encontros e Simpósios.

Mineiro de nascimento, paulista de coração, casado, pai de três filhos, ministro do Superior Tribunal de Justiça, Professor da UnB, UFMG por concurso e da Universidade Milton Campos, exerceu a advocacia em Minas e na Bahia até o ingresso na carreira do Ministério Público e, posteriormente, na Magistratura. Autor consagrado com estudos publicados em Portugal, Argentina, Uruguai, Bolívia, Chile, México e Estados Unidos, tem coordenado e participado de inúmeros Congressos no Brasil e no Exterior, sendo membro

de diversas instituições culturais no campo do Direito. Fundou a *Revista da Amagis*, surgindo como o idealizador da Escola Judicial “Desembargador Edésio Fernandes”, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Coordena para a Editora Saraiva estudos sobre processo, já tendo editado coletâneas tocando temas como: mandado de segurança, mandado de injunção, recursos, cidadania etc.

Ninguém melhor para, na comemoração dos cento e vinte anos desta jovem e fecunda instituição, receber o título de sócio honorário. Quem já foi advogado, promotor e é magistrado, professor e autor tem o perfil do jurista que a Casa exige. Mas um perfil maiúsculo, em que o fino trato e a afabilidade humana que dispensa a todos, quaisquer que sejam suas condições sociais, realçam o brilho intelectual do diretor da principal Escola de Magistratura do país, que é a Escola Nacional. Ministro Sálvio, bem-vindo à nossa e sua Casa, nos cento e vinte anos de sua fundação.

Discurso de posse no
PEN Clube do Brasil

Em 1640, o advogado Olivier Patru, quando recebido na Academia Francesa, introduziu o costume, que a partir de então norteou a posse dos novos membros dos sodalícios em todo o mundo, de proferir uma oração de agradecimento e de louvor à casa em que era recebido.

O hábito salutar, hoje rotina em todas as entidades de relevo que propiciam a preservação da cultura, tem permitido que facetas novas e aspectos antes insuspeitados da história, da literatura, das artes e das ciências sejam conhecidos e permaneçam no tempo como referencial de uma época.

Não fosse a reunião de sábios no Liceu e na Academia, no apogeu de Atenas, por ação dos dois grandes discípulos de Sócrates, e não teríamos, certamente, a preservação, com a incomensurável riqueza dos escritos de Aristóteles e de Platão, do pensamento de seu insuperável mestre, que nada escreveu. Nem seriam tais instituições a alavanca de uma plêiade de autores, que influenciou não só o mundo romano, nascido culturalmente do helenismo, mas o pensamento medieval e a própria renascença, lembrando-se que a Academia de Platão fundada que foi em 385 A.C., com o nome retirado do herói ático (Hecademus) — aquele que permitira aos irmãos de Helena descobrir o lugar onde Teseu a escondera — perdurou em torno de um milênio, sendo fechada em 529 D.C.

Miguel Reale, que hoje é reconhecido no exterior como a mais bela expressão filosófica do país, costuma sinonimar a palavra “civilização” à “cultura”, dado o estreito vínculo entre a história dos povos e sua arte. Basta lembrar as primeiras pinturas dos homens nas cavernas que o tempo conservou, como os bisões realmente artísticos de Altamira na Espanha. Muitos historiadores entendem que, nos períodos de falta de caça, os artistas pintavam o que os feiticeiros aconselhavam para que os deuses, ao descobrirem seus desejos, ofertassem caça em abundância. As próprias guerras tribais, na pré-história, eram também desenhadas nas paredes daqueles abrigos naturais, exteriorizando a esperança de vitória sobre os inimigos, com o auxílio dos deuses.

O certo é que as artes, as ciências, a história, a filosofia forjam as civilizações e o homem de hoje é fruto dessa preservação pretérita.

À nitidez, quanto mais evolui, culturalmente, o ser humano, mais o passado influencia o porvir, ao ponto de a literatura inicialmente e as ciências depois, passarem a elaborar estudos antecipatórios. Não se pode esquecer o nosso Padre Vieira, com sua *História do Futuro* ou a genialidade de Júlio Verne, na percepção de tudo o que ocorreria nas ciências. Com uma notável visão, em sua viagem à Lua, Verne faz o foguete, que dera volta ao satélite, cair no mar, como ocorreu com a Apolo 8, tendo, inclusive, previsto seu lançamento da Flórida, nos Estados Unidos.

Hoje, Institutos, como aquele “Da Guerra e da Paz” de Gunnar Myrdal, o “WorldWatch” e o de futurologia de Hudson ou até mesmo a “Secretaria do futuro” criada pelo governo

Sueco há algumas décadas — não sei se continua existindo — mostram que o homem moderno é forjado pelo passado, vive o presente com sua herança cultural e se preocupa, em todos os campos do conhecimento, em desvendar o futuro.

Compreende-se, pois, que a vocação do homem é, antes de tudo, uma vocação cultural, vocação esta que levou Bernardo Shaw, com outros intelectuais ingleses, à fundação do PEN Clube, assim como à criação do PEN Clube do Brasil, quinze anos depois, que na pena elegante do Presidente Almir Madeira, transcende, de muito, aquela visão literária que pressupõe. Escreve o eminente acadêmico:

Antes de sermos a soma de gêneros literários, que a junção das iniciais engenhosamente destacou na sigla do batismo — P de poesia, E, de ensaio, N, de novela — antes disso e acima disso, dessa fusão graciosamente didática embora perfaça uma sigla ... somos, por definição e origem, um ponto universal de afirmação política. Tome-se aqui o vocábulo política como significativo da decisão de sustentar e difundir princípios ou normas de vida social, sem cuja preservação sucumbem ou se mediocrizam as criações culturais — a começar pelas da literatura — desprovidas, que ficam, do estímulo para criar, descobrir, redescobrir. E precisamente a poesia, o ensaio, a ficção, afinal atrofiados, murcham, definham, secam. Somos e queremos ser expressão de uma fidelidade a certas idéias políticas, na medida em que elas assegurem e façam florir a política cultural, nascida da

liberdade, no interesse da paz. Esse o sentido e a mensagem do grêmio. Mas a paz que ele busca — uma paz substancial, fundada no conhecimento e na difusão de modelos culturais — pressupõe o desembaraçado exercício do direito à informação, sem cuja garantia não terão sentido os projetos de permuta, de intercâmbio, de convivência intelectual.

Nos esquemas da política cultural globalista, a busca da fraternidade é de algum modo a busca da informação. Da conjugação desses valores fez o PEN Clube um dos seus fundamentos, vivo no desdobramento da sua produção e nítido na própria definição estatutária.

(“Sentido e mensagem do PEN Clube do Brasil”, Revista Convivência nº 1, esgotado, órgão oficial do PEN Clube.)

e acrescenta João de Scatimburgo, sobre a razão de ser de sua fundação na Inglaterra, não como academia, mas como Clube:

“Vem daí o “self government” que fez de sua democracia, de seu legado democrático o mais duradouro da História, na superfície da Terra. Que povo sem as virtudes do inglês seria admiravelmente governado sem uma Constituição? Nem mesmo a Suíça e muitíssimo menos os latinos. São essas virtudes que aqui invoco para justificar o PEN Club. Pelo “sense of humour” e pelo “fair play” os ingleses preferiram reunir homens de letras em clubs, não em acade-

mias. O club é mais ameno ou menos formal do que a academia, como a fundou Richelieu e como a fundamos nós, segundo modelo francês.

(Discurso proferido no PEN em 17/7/1996).

Muito embora os ingleses adotem o modelo consuetudinário, na verdade tenho para mim que a primeira Constituição dos tempos modernos é a “Magna Carta Baronorum” — verdadeira Carta de princípios, alguns deles reproduzidos em todas as Constituições democráticas e, em nível de dez emendas, no “Bill of Rights” dos americanos — imposta pelos barões, depois da revolta de 1214, ao Rei João Sem-Terra, em 1215.

É, pois, o PEN Clube, em sua figuração britânica e na sua concepção universal, um Clube destinado à preservação do passado pela herança dos maiores, à formatação do presente, pelo trabalho dos irrequietos e a formulação do futuro pelo sonho dos utópicos. E, no dizer de Oscar Corrêa, este futuro será conformado por uma nova filosofia de vida, de espaço e de tempo, a que, com pertinência, denomina a civilização do “societarismo”.

De rigor, os desafios do século XXI são monumentais. Ultrapassam nossas expectativas. O homem tornou-se extremamente mais civilizado e continua com a selvageria própria de sua natureza decaída. O século XX não só conheceu os horrores dos campos de concentração nazistas, soviéticos, como o barbarismo dos genocídios provocados na Bósnia, Iraque e Ruanda, em clara demonstração de que conhecer mais não significa reduzir o nível de baixos instintos do ser humano.

E a perda da crença do ser humano em Deus, na família e na pátria, faz ainda mais preocupante o destino da humanidade, nos anos que se avizinham. A globalização da economia, exige uma produção cada vez melhor, por um custo cada vez menor. E a máquina substitui o homem de mais em mais, gerando um desemprego estrutural, que a falência do Estado e a obsolescência do direito não conseguem evitar nem minorar, e seus efeitos são deletérios e corrosivos sobre a humanidade. Esta, desencantada, muitas vezes parte para a contestação mais radical, pois a falta de esperança gera o desespero e o descomprometimento com qualquer estrutura e legalidade, o que os movimentos dos sem-terra, dos sem-teto, dos sem-emprego, começam a mostrar para o país. E a história já ensinou que, nos momentos de conflitos e radicalizações, o bom senso e a dignidade humana pagam alto preço, a ser lembrado, com tristeza, anos depois dos fracassos, que também inevitavelmente sucedem as radicalizações.

E, neste quadro, que não gostaria sombrio, mas que não vislumbro luminoso, o escritor tem papel preponderante, pois, mais do que nunca, é um formador de opiniões, com tanto mais peso quanto mais isento for. Neste quadro, também, é que uma instituição como o PEN Clube ganha dimensão especial, ultrapassando os limites do tempo para ingressar na amplidão da posteridade, pois preservadora do passado e formatadora do futuro.

O poder corrompe sempre e a cultura “descorrompe” a corrupção — se tal neologismo não se transformasse, também, em uma espécie de corrupção do instrumento maior

do escritor, que é o idioma. Ocorre, que os idiomas vão ganhando o contorno de suas épocas e das multiplas influências que recebe, razão pela qual o que é neologismo hoje, não o será amanhã, principalmente se a força da expressão objetiva exatamente opor-se ao que de mais deletério existe no poder, que é a corrupção.

Não sem razão, Maurice Hariou entendeu que a virtude maior do administrador público é a moralidade, pois o único instrumento capaz de opor-se à aeticidade do poder é o administrador ético. Esta figura, que infelizmente continua compondo uma minoria absoluta no país e no mundo, tem, de rigor, um pouco do idealismo poético, lírico e romântico daqueles que entendem que o servir é mais importante que o ser servido, sonho maior do autêntico intelectual.

Por este motivo é que os escritores, num mundo dominado pelos políticos sem visão, são os faróis na tempestade, os sinalizadores de tempos melhores, os semeadores da esperança.

Lembro-me de um conto de autor americano sem maior expressão, chamado Arthur Best. Li-o, muito jovem, ainda sob a ilusão de que a ciência faria um dia o homem melhor e que a política seria, na plenitude democrática, só exercida por homens de bem e não de "bens".

No conto, um presidente americano para defender os valores da civilização ocidental contra o "barbarismo" do Oriente, obteve poderes ditatoriais dos demais políticos, eliminando a intelectualidade, que se lhe opunha, e iniciando uma guerra total contra as nações "selvagens" do outro extremo. Depois de razoável sucesso no início do conflito,

começou a perdê-lo, no mesmo momento em que, em seus laboratórios de pesquisas, um de seus cientistas conseguia viajar para o passado e ter contatos com personagens descritos em romances, como, por exemplo, Ben-Hur. Foi, então, aconselhado, a buscar, na sensacional descoberta, meios para vencer a guerra, pois poderia alterar os fatos e criar pessoas que nunca existiram. Para pesquisar tais perspectivas, todavia, necessitava de intérpretes, que lhe possibilitassem saber como seria possível viajar do tempo para a imaginação. Como seus cientistas, contudo, não conseguiam interpretar a descoberta, entenderam que só os poetas poderiam explicar o fenômeno.

E o presidente americano determinou que se procurassem poetas em sua pátria escravizada, para explicarem-lhe o que acontecia, não tendo encontrado um só, pois os eliminara todos. À falta de poetas, perdeu a guerra.

Em que pese a pouca expressão do autor e o cenário mais "spielberguiano" que literário do conto, é de se extrair da história a lição de que os escritores, os poetas, os ensaístas, os novelistas são em cada época da civilização a ponte que une mundos em conflito. A nação que não os tem, é uma nação sem horizontes.

É que o escritor é o ser humano que Deus "programou" para não desistir e da sua perseverança todas as gerações dependem.

O PEN Clube, pois, se constitui em majestoso anel viário de estradas que cruzam do passado para o presente e do presente para o futuro, nos tempos de tormenta ou mansidão.

Sinto-me, assim, honrado e alegre em participar desta comunidade acadêmica de expressão internacional, recebido mais pela intensa amizade que nutro por muitos de seus membros do que por mérito pessoal.

Não posso deixar, todavia, de me permitir duas referências pessoais. A primeira ao Presidente Almir Madeira, cuja elegância no estilo de falar e de escrever e a fidalguia no trato com todas pessoas faz-me lembrar a época dos grandes senhores, nobres e generosos, em que servir à pátria e ao rei valia mais que a própria vida. É das minhas mais caras amizades recentes, o que demonstra que a amizade independe de tempo e do espaço. Pode-se conviver com alguém a vida inteira sem que a amizade floresça e selar num só encontro uma amizade.

E a Oscar Corrêa, este companheiro e conselheiro de tantos anos, que, como Bacon dizia, consegue sempre multiplicar a alegria e dividir a tristeza dos amigos. É jurista, poeta, político de nobre cepa, escritor, ensaísta e, antes de tudo, um estadista de visão universal, poucos sendo os brasileiros com a perspicácia e a concepção de vida, da sociedade e do Estado que tem Oscar Corrêa. Devo-lhe muito, não só como operário do Direito que sou, há tantos anos, no mestre haurindo os conhecimentos e condições necessárias para meu exercício profissional, mas como exemplo, para mim é minha família, de um homem que Plutarco biografaria com certeza, se pudesse viajar pelo espaço do tempo.

E chega o momento de acabar, não podendo “esquecer de lembrar” minha dedicada mulher, a quem amo apaixonada-

damente desde os bancos acadêmicos, e nossos filhos, genro e neta, companheiros dessa jornada finita, assim como meus pais, cujo exemplo acompanha-me sempre.

Caros confrades e confreiras, agradeço a honra de poder ser um dos vossos.

Discurso de recepção de
Ives Gandra da Silva Martins
no PEN Clube do Brasil,
pronunciado pelo Ministro Oscar Dias Corrêa

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Conceda-me o PEN Clube do Brasil, pela voz autorizada de V. Excia., o privilégio de receber, nesta casa, a Ives Gandra da Silva Martins.

Afeito à tribuna, ainda que a ela não assome nunca sem temor e tremor — que bem lhe conheço as tramas, sutilezas e armadilhas — confesso-lhes, eminentes amigos, que jamais enfrentei missão tão complexa quanto o desafio de resumir, em pouco tempo e em poucas palavras, o em que se constitui a personalidade do nosso novo confrade, que, em breve, nos dará a todos mostra do que é capaz, no discurso com que ingressa neste sodalício.

Prefaciando-lhe, faz quase uma década, em 1988, um livro de pareceres — *Advocacia Empresarial* — lembrava-lhe a capacidade:

capacidade ímpar com que ele se entrega, a um só tempo, a tantos misteres e com que os executa. Na cátedra, na advocacia, em livros, pareceres, artigos, seminários, debates, e inacreditável presença epistolar, cumpre atividades que ocupariam grupos inteiros de especialistas. E de todas cuida como se uma única, exclusiva, cada uma a seu tempo.

Buscava, então, sintetizar essa amplidão de conhecimentos, capacidade e compreensão, lembrando a definição do “economista completo”, que G. L. Schackle, no seu *Uncertainty in Economics and other Reflections* (at the University Press, Cambridge, 1953, p. 241) traçava com inigualável argúcia:

... to be a complete economist, a man need only be a mathematician, a philosopher, a psychologist, an anthropologist, a historian, a geographer, and a student of politics; a master of prose exposition; and a man of the world with experience of practical business and finance, an understanding of the problems of administration, and a good knowledge of four or five foreign languages. All this in addition, of course, to familiarity with the economic literature itself.

Completei o prefácio afirmando que Ives ainda era mais, porque jurista e, mais, poeta, capaz de ouvir e entender estrelas.

Depois disso, soube que Ives se formara, (pasmem-se!), em perfumaria, em Grasse, na França: exímio pianista, fazendo inveja, segundo Guiomar Novaes, ao seu genial irmão, hoje o maior intérprete mundial de Bach, João Carlos Martins; ou ao mais jovem e já vitorioso José Eduardo; e campeão de karatê, o que, infelizmente, levando-o a estrepolia indêbita e quebrando-lhe a mão, retirou-o dos recitais, mas no-lo deu às demais singelas e reduzidas... atividades que acumula.

Não estranha hoje, a quem o conheça, que, depois de alimentar a fé em Deus, na diária louvação ao Senhor, e no permanente trabalho com que colabora na propagação religiosa, sob a bênção do Beato José Maria Escrivá de Belaguer, arrazoe o dia inteiro no escritório, atenda consultas, emita pareceres, e, ainda, dê entrevistas, escreva um artigo para a *Folha de S. Paulo*, outro para o *Estadão*, outro para o *Jornal do Brasil*, ou *O Globo*, analisando todos os problemas nacionais, além de participar de painéis, seminários, congressos, científicos ou de ensino, presença marcante nos debates de TV, que entremeia com as sustentações orais nas tribunas forenses e os memoriais; a presidência ou o comparecimento assíduo às Academias de Letras e de Ciências; mantendo correspondência que faz inveja aos donos de “mala direta”!

Isso tudo não sem que, nos fins do dia, ou da semana, escreva o seu poema a Ruth, companheira e deusa de todos os instantes, poemas que, quando pode, e pode sempre, nos envia, por “fax”, com a invariável e ilegível saudação, na letra esfíngica que não entendemos, senão no “Caro amigo” e no “afetuoso abraço”, mas que, comovidamente, guardamos, certos de que é o afeto de Ives que nos premia, nessa mensagem que o coroa.

Por ora não sei de outras artes de Ives, mas penso que, nos fins de semana, no sítio de Jaguariúna, ou na Fazenda de Avaré, joga o laço, derruba reses chucras, monta potros bravios, participa de rodeios e, por certo, descansa caçando jaguatiricas, ou pescando nas águas límpidas de algum riacho que tenha descoberto, para uso exclusivo, longe do

Tietê, que, à menor ameaça de chuva, amedronta e engarrafa a Capital!

Meus caros amigos:

Direis que vos caricuro a atividade de Ives. Tomem-se-lhe as obras, para, em brevíssimo relato, enumerá-las, e não mais do que isso, e vereis que apenas sumário.

No campo do Direito Constitucional é professor emérito das Universidades Mackenzie e Paulista e da Escola de Comando e Estado Maior do Exército; e bastaria lembrar a obra que realiza, com Celso Ribeiro Bastos, de *Comentários à Constituição*, já em nove volumes; além dos dez volumes da *Constituição Aplicada*, bem como os volumes sobre o *Sistema Tributário Nacional*, o estudo fundamental sobre *A Teoria da Imposição Tributária*, etc.

Sem falar nas obras que coordena e nos artigos técnicos que publica nos repositórios especializados e que se contam às centenas. Mas, neste PEN Clube, de lembrar, desde logo, os ensaios sobre temas fundamentais, como o “Desenvolvimento Econômico e Segurança Nacional — Limite Crítico”, “Direito Natural”, “O Poder”, “Roteiro de uma Constituição”, “Nova Classe Ociosa”, e tudo o mais de que um ensaísta de fôlego for capaz.

Tenho, eminentes confrades e prezados amigos, convivido com alguns dos mais notáveis intelectuais e homens de ação de nosso País, que pude admirar e conhecer na amplitude dos conhecimentos, na retidão do caráter, na coragem cívica, na disposição para o serviço comum.

Posso dizer-vos, entretanto, que dificilmente se encontrará alguém que, como Ives Gandra, tenha absorvido tão longo arco de conhecimento; e, o mais importante é que, ao contrário de outros grandes humanistas, que se fecham nos seus estudos, Ives é o homem presente em todos os temas polêmicos, opinando sobre as questões mais dramáticas do nosso mundo e da nossa época.

Exemplo admirável disso é o seu recente *Uma Visão do Mundo Contemporâneo*, no qual analisa os desafios do fim do século e do milênio e os prenúncios do alvorecer do novo milênio, nas suas interrogações e dúvidas, cuidando, em traços seguros, simples, diretos, escorritos dos grandes problemas da Humanidade, para os quais busca a solução sonhada.

Para isso submete a aprofundado estudo crítico as grandes questões do mundo atual, buscando rumos e soluções que o futuro terá de encontrar, e que, para ele, se encontrarão: na volta aos valores que dignificam a natureza humana; na limitação do Estado às suas funções essenciais; na criação de mecanismos efetivos de comércio internacional; na substituição das “soberanias nacionais” pelas “soberanias congregadas”; no reequacionamento da economia; e na melhor preparação dos homens públicos para a difícil arte de governar.

Mas, há ainda um dado que avulta e comove: não conheço ninguém com a capacidade leal de ajudar e admirar de Ives Gandra: nunca falta ao colega, ao companheiro, com a voz amiga, o estímulo reconfortador, nas vitórias ou nas adversidades, transformando nossas modestas tentativas lite-

rárias ou científicas, em inenarráveis êxitos, que se dispõe a apreçoar, cantando, afetuosamente, em toda parte, em prosa e verso, em engenho e arte, que nunca lhe faltam.

E se Ives já chegaria ao PEN Clube pela contribuição ao ensaio, em todas as áreas, com talento e esmero, teria chegado antes pela Poesia, na contribuição que sua obra poética traz à nossa vida literária, e que já se avanta em várias produções de largo acolhimento pela crítica.

Sua permanente fonte de inspiração, Ruth, a leal, dedicada e terna companheira, que lhe mantém o estro desde a Universidade, é a contínua egría dos seus versos.

Se “les poètes sont des oiseaux: tout bruit les fait chanter” (Chateaubriand), Ives canta por natureza e necessidade, e Ruth permanece sempre o som mavioso de seu canto.

Desde *Pelos Caminhos do Silêncio*, de 1956, Ives faria da poesia a arma da restauração pessoal, recuperando-se das labutas do Direito.

É verdade que Mestre Tito Fulgêncio, dos grandes civilistas deste nosso País, já depois dos setenta anos, em aula, faz mais de meio século, dizia: “Não sei para que inventaram a poesia, se já havia Direito!” E a briga ficaria para estabelecer as primícias de um ou outra!

Mas Ives nos daria depois *Tempo Pretérito* e *Duas Lendas*, que Paulo Bonfim, prefaciando, afirmava adquirir a lenda de Marabá “dimensão nova” no seu estilo; e logo após, publicaria *Dois Poemas* e *Intemporal Espaço*.

Prefaciando-lhe *Dois Poemas* (Saraiva, 1994), em homenagem a Ruth, na lembrança bíblica do “Livro de Ruth” e no poema “O Menino e a Descoberta”, assinaiei, à época:

*Encanta, edifica, que tenha tido a ventura de
escrevê-los, buscando, no livro sagrado, a inspiração
da homenagem, a que o verso dá vida esplêndida e
sonora; como surpreende que, vencendo os precon-
ceitos atuais, os publique, e apregoe, para que o
mundo compartilhe seu amor à amada!*

Não é Beatriz, nem Laura, sublimadas por Dante e Petrarca, mas é a divina lição de vida, contada (talvez) por Samuel, que, vencendo séculos e cataclismas, chega até nós: e a que Ives dá a versão dos olhos do amor encarnado; amor que se eterniza no coração e canta nos versos, para que o “tempo pretérito”, como ele diz, se faça sempre o tempo presente, graças à poesia da vida, que o poema de sonho nunca consegue alcançar”, intemporal, vivo, eterno.

Tenho pelos poetas um respeito hierático: ainda quando os não entendo, admirando a forma, extasiando-me em como compõem a frase e lhe dão música, ritmo, som, cor, vida, não sei senão admirá-los, a única atitude que compatibiliza o contraste de quem sente e não sabe.

...

Ives faz isto naturalmente, ainda quando parece que torce a frase e lhe transmuda os vocábulos, como se nota no “Livro de Ruth”, talvez mesmo para lhe guardar o vetusto sabor de outros tempos, bons tempos em que Deus se entendia diretamente com os homens, e falava com os fiéis, cobrando-lhes a fé e premiando-lhes a virtude.

Já em “O Menino e a Descoberta” a viagem da desco-

berta coincide com a vida, e o símbolo enche a poesia de mistério, que esconde e sonda:

Quanto símbolo não diz o seu poema.

Como

*A árvore dos séculos
No instante em que viu a eternidade,
Transformou-se em momento,
Apenasmente.*

No mistério, que vive com o poeta:

*Jardim do tempo, que se perde,
No silêncio da tumba, que se encontra.*

É, então, a busca da descoberta, até que

*Depois...
A vontade dos corpos mais que d'olhos.
Depois...
A vontade dos corpos e dos olhos.
Depois...
A vontade dos olhos e dos corpos...*

E tinha de acontecer, que assim se pôs para os homens:

*... aconteceu, um dia,
Que o menino,
Na menina,
O reino desvendou.
Príncipe e princesa
A verdade da história
Descobriram.*

Para o coroamento:

*Com o tempo,
Na lagoa da vida
Seis pontes
Construíram dos tempos do presente
Aos tempos do futuro.*

Tem o poeta seus símbolos e seus mistérios, que não se dizem, mas se expressam, que não falam, mas se entendem.

Poesia não é de se explicar, é de sentir, sem que necessário que os gramáticos gramatiquem e os críticos critiquem, que ela existe, vive e domina, com ou sem eles, e até, melhor, às vezes, apesar deles.

Menos ainda carece que os outros nos queiram apontar o que sentiram, se o que sentimos, ou sentiremos, está em nós, ao contato dela, e não neles, e não sentiremos (graças a Deus!), como eles sentem (ou não sentem).

Ives descansa da labuta do Direito e da Economia (no mais amplo) poesiando. E faz bem, não só a ele, à Ruth, obviamente... e a nós, que colhemos o resultado da obra.

Que o lemos, cá e lá, nas ciências e nas artes, sobre todas as grandes coisas, com a admiração de quem faz, sabe fazer, e nos permite apreciar e valorar o fruto de sua inspiração, na fluência do verso, que encarna a beleza do Amor — “l’Amor che move il sole e l’altre stelle”.

E, mais recentemente, o *Intemporal Espaço*, referindo-se ao qual o mestre-Poeta Carlos Nejar assinala que

Ives Gandra Martins não é apenas o jurista de renome nacional. Mas é o homem da palavra, cuja pátria subjaz no coração do homem. E a palavra toma cor, sonho, amor fiel, as feições do tempo e o velho recurso da esperança neste seu admirável Intemporal Espaço. Pois de amor e esperança essa poesia se alimenta.

E depois de lembrar-lhe a “carga fluente da metáfora, com preciosos achados”, refere-se à musa:

Ruth, tão presente no texto, é deusa, mulher, amada, símbolo, luz, sombra — início e termo de percurso. Como um círculo. E o poeta não esmorece diante do futuro, nem das lutas e agruras. Pode dizer, como poucos: “vejo um porvir no qual amor não falta.

E Nejar assevera:

... Pois a história da poesia é sempre uma história do universo.

Ives Gandra Martins configura essa regra. E como não, se Shelley, na Defesa da Poesia, suscita ser o poeta o verdadeiro 'legislador do universo'? A fonte do Direito e da Poesia brotam da mesma raiz da água da Palavra. A ciência da Poesia trabalha com vigor mágico e a do Direito com a relação entre os homens, ocupando, ambos, o território mítico, em que a linguagem estabelece suas leis.

E ser poeta é inventar as leis do próprio verso, ouvindo a voz do poema dentro de si...

Senhor Presidente, eminentes confrades, caros amigos:

Desse breve apanhado da obra de Ives Gandra Martins podeis avaliar a extensão, a intensidade e a seriedade dos trabalhos que desenvolveu e desenvolve, incansavelmente, e que o credenciam a integrar, para honra nossa, esta instituição.

Mas é ao cidadão Ives Gandra da Silva Martins, filho que honra essa venerável figura patriarcal de José da Silva Martins, escritor de mérito e de fôlego, nos seus quase cem anos; o esposo, o pai-de-família, o amigo prestimoso, acolhedor e solidário, o colega de convívio fraterno e cavalheiresco, o cidadão sempre presente nas grandes decisões do País, que desejamos dizer esta palavra final de saudação.

Poucos homens têm feito tanto pelo Brasil, no apostolado democrático permanente, em todas as tribunas e trin-

cheiras, sem interesses, nem temores, sem radicalismos nem tibiezas, permanente voz de equilíbrio e bom senso a alertar para os perigos, exultar com as vitórias e estimular nos momentos de desânimo.

Esta a figura admirável que passa a compartilhar do nosso teto, como um dos pilares da nossa força e do nosso apostolado das boas e belas letras.

Pela vossa obra, Sr. Ives Gandra da Silva Martins, pelo vosso exemplo, o PEN Clube do Brasil vos recebe, e se honra de vos ter como Membro Efetivo.

Discursos de Posse e Recepção
de
Ives Gandra da Silva Martins
é uma produção da
EDITORA GIORDANO
para o selo
Pax & Spes Livros.
Impressão e acabamento de
Edições Loyola.
Novembro de 1996.
São Paulo